

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS**

**VINÍCIUS BENTO CHAMLET**

**PERFIL DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR  
DURANTE OS GOVERNOS PETISTAS (2003-2016)**

**GUARULHOS**

**2018**

**VINÍCIUS BENTO CHAMLET**  
**TÍTULO**  
**:**  
**PERFIL DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DURANTE OS GOVERNOS**  
**PETISTAS (2003-2016)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Paulo

Área de concentração: Educação  
Orientação: Dr. Davisson C. C. de Souza

**GUARULHOS**  
**2018**

Chamlet, Vinícius Bento.

Perfil dos Estudantes de Nível Superior Durante os Governos Petistas / Vinícius Bento Chamelt. Guarulhos, 2018.  
77 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.  
Orientação: Davisson C. C. de Souza.

1. Educação. 2. Ensino Superior no Brasil. 3. Políticas Educacionais. I. Davisson C. C. de Souza. II. Título.

**VINÍCIUS BENTO CHAMLET**  
**TÍTULO**  
**:**  
**PERFIL DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DURANTE OS GOVERNOS**  
**PETISTAS (2003-2016)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Paulo

Área de concentração: Educação

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prof. Dr. Orientador  
Universidade Federal de São Paulo

Dedico este trabalho às três mulheres da minha vida.  
Minha avó Luiza, minha mãe Marlyns e minha tia Elizabeth.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente eu gostaria de agradecer a todos as(os) trabalhadoras(es) da Universidade Federal de São Paulo. A todos que de uma forma direta ou indireta me ajudaram a chegar no final da graduação. Às trabalhadoras e trabalhadores do bandeirão, dos serviços de manutenção (limpeza, instalações elétricas e etc).

Aos técnicos da Unifesp pelo excelente serviço prestado, mesmo com a escassez de recursos materiais e humanos.

Aos docentes da Unifesp, de todas as áreas, que me ensinaram sobre novos mundos, novos horizontes que pude enxergar com seu auxílio.

Agradeço especialmente aos meus amigos Walassy Cardoso e Angélica Nascimento por todos os momentos que me apoiaram durante toda a minha trajetória que se iniciou em 2014.

Também gostaria de agradecer à professora Débora Goulart pelo brilhantismo de suas aulas, por nos ensinar muito mais do que teoria social.

Agradeço ao meu professor e orientador, Davisson, que teve paciência e me ajudou neste presente estudo.

Finalmente, porém não menos importante, gostaria de agradecer à minha família. Ao meu pai por sempre auxiliar nas minhas diversas demandas, aos meus irmãos, tias, primas, e à minha mãe, avó e minha tia. O apoio de todos foi essencial.

*“A educação é importante demais para entregá-la às variações do mercado e às boas intenções de amadores.”*

**Diane Ravitch**

*“Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação.”*

**Hannah Arendt**

## **RESUMO**

O presente estudo busca fazer um balanço do período dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) no que diz respeito ao perfil demográfico dos estudantes de nível superior. Procurando assim averiguar os movimentos de mudanças e de continuidade. Para isso buscamos fazer um levantamento bibliográfico e também consulta aos bancos de dados de órgãos oficiais de estatística.

Palavras-chave: Educação. Educação Superior. Políticas Públicas Educacionais

## **ABSTRACT**

This work show a balance of governments of Worker's Party (2003-2016) in concerning a demographic profile of college students. Looking to show the movements of changes and continuity. For this we look for to do a bibliographic revision else a search in database of state statistics.

Keywords: Education. College Education. Public Politics for Education.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR DURANTE OS GOVERNOS DO PT</b> .....	14
1.1. ProUni.....	14
1.2. Fies.....	18
1.3 Reuni .....	19
1.4. Cotas Raciais.....	23
1.5. Considerações finais.....	27
<b>2. O PERFIL DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (2003-2016)</b> .....	30
2.1. Raio-x do Sistema Universitário Brasileiro .....	33
2.2. IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.....	41
2.3 Considerações finais.....	47
<b>3. BALANÇO DO ENSINO SUPERIOR NOS GOVERNOS PETISTAS: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?</b> .....	49
3.1. Educação e Neoliberalismo .....	49
3.2. Políticas Educacionais no Brasil .....	53
3.3. Políticas Educacionais dos Governos Petistas e Neoliberalismo .....	62
3.3.1. Fies-Reuni .....	65
3.3.2. Cotas-Reuni.....	67
3.3.3. Considerações Finais.....	68
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	72
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	75

# INTRODUÇÃO

Um diploma universitário pode significar para muitas famílias brasileiras a possibilidade ascensão social. De mudar as suas condições materiais de existência. Neste sentido o ganho de capital cultural institucionalizado, para utilizar as categorias analíticas de Bourdieu, é um caminho seguido por muitos que querem conseguir melhores condições de vida para si e para a sua família. Tal capital cultural institucionalizado se cristaliza na forma do diploma universitário e serve de sinal de distinção em uma sociedade de classes.

Por conta disso o acesso ao nível superior de ensino se constituiu como uma vontade popular. Durante os governos petistas, nos dois mandatos de Lula e no mandato e meio de Dilma, diversas políticas públicas foram instituídas para atender este clamor e também para construir via a educação uma transformação social.

Neste trabalho de conclusão de curso se pretende abordar as mudanças e continuidades no perfil demográfico dos estudantes universitários brasileiros nas eras dos governos petistas (2003-2016). Para isso realizaremos um levantamento bibliográfico e de estatísticas produzidas sobre esta dada população.

A questão da democratização do ensino superior brasileiro nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), é amplamente debatida e alvo de pesquisas de diferentes níveis. Durante este período (2003-2016) diversos programas educacionais foram criados. Como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), O REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) e a implementação da política de cotas (raciais, econômicas, etc).

Um dos programas educacionais voltado para a ampliação das vagas no ensino superior implementados neste período é o PROUNI. O programa oferece abatimento de impostos para universidades que oferecem bolsas de estudo. O programa foi uma bandeira do período lulo-petista e amplamente publicizado como o meio de acesso das camadas desfavorecidas ao ensino superior.

Uma das questões que permeiam tais políticas educacionais é: até que ponto houve uma mudança no perfil demográficos do perfil dos discentes universitários? Quais são as contradições existentes no processo de constituição das mesmas? Sobre esta problemática repousa nosso esforço de pesquisa.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é mergulhar na discussão sobre a educação superior brasileira e nas estatísticas produzidas a respeito deste campo para entender as trajetórias dos estudantes universitários. Compreendendo assim, as mudanças engendradas pelas políticas públicas educacionais implementadas nos governos petistas e também as continuidades. Um processo contraditório com mudanças e continuidades.

Diante da importância do capital cultural institucionalizado que se cristaliza no diploma universitário e que significa não apenas a possibilidade de ascensão social, como também o acesso ao conhecimento científico produzido pela humanidade ao longo dos séculos, entender a eficácia de políticas públicas educacionais é de suma importância para pensar uma sociedade igualitária e o acesso e a permanência ao ensino universitário no Brasil. Neste sentido nossa produção acadêmica pode ajudar a entender os bastidores, as ante salas da criação de cada programa educacional. Refletindo sobre os atores políticos que estiveram envolvidos. Nosso trabalho pode ser útil para o debate que existe a respeito das políticas públicas educacionais no meio acadêmico e também para analistas de políticas públicas.

Como metodologia de pesquisa utilizamos o levantamento bibliográfico. Sendo assim, as informações foram colhidas via fichamento de artigos e demais trabalhos acadêmicos sobre a temática proposta. Além da pesquisa bibliográfica, fizemos uma coleta de estatísticas sobre o tema.

Nosso texto se dividirá em três capítulos. No capítulo 1 denominado: "As políticas para o ensino superior durante os governos do PT", apresentaremos em ordem cronológica as principais políticas educacionais que foram propostas durante o período. No mesmo está contido as discussões intrínsecas de cada política pública.

O segundo capítulo denominado: "O perfil dos estudantes do ensino superior no Brasil (2003-2016)" conterá estatísticas que versam a respeito do perfil demográfico dos estudantes universitários brasileiros. Portanto dados sobre o perfil dos estudantes das universidades públicas (estaduais e federais) e da rede privada de ensino superior.

Buscamos estes dados junto a órgãos de pesquisa e estatística como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O segundo é vinculado

diretamente ao Ministério da Educação (MEC) e tem diversas produções acadêmicas a respeito do universo que se pretende estudar.

O terceiro capítulo se intitula “Balanço do ensino superior nos governos petistas: mudança ou continuidade?”. A partir da discussão elaborada em nosso trabalho, procuraremos responder à questão central de nossa empreitada científica. Isto é: avaliar até que ponto as políticas públicas voltadas para a educação superior no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) engendraram as condições para uma mudança no perfil demográfico dos discentes de nível superior no Brasil e as contradições existentes neste processo. A continuidade de dadas políticas de cunho neoliberal que já se faziam presentes nos governos antecessores e também as mudanças que ganharam tom nos governos Lula e Dilma.

Eu sinto um orgulho - e nesse caso é um orgulho muito pessoal, até um pouco de vaidade -, que é o de passar para a história como o único presidente sem diploma universitário, mas o que criou mais universidades neste país. [...] Ontem eu recebi uma carta de um cara, motorista de ônibus, que agradece não apenas a formação do filho dele, em Biomedicina, mas também sua formação em Direito. Os dois pelo ProUni. Essas coisas aconteceram porque, na sua sabedoria, o povo conseguiu, depois de tanto medo, depois de tanto preconceito, testar um deles para governar este país - Luís Inácio Lula da Silva, entrevista realizada por Emir Sader e Pablo Gentili

# 1. AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR DURANTE OS GOVERNOS DO PT

Neste capítulo iremos abordar as principais políticas públicas educacionais desenvolvidas durante os governos petistas. Portanto iremos realizar uma análise do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento estudantil (FIES), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (Reuni) e também das políticas de cotas. Para isso iremos fazer uma breve revisão bibliográfica do material que fora produzido sobre estas determinadas políticas.

## 1.1. ProUni

O Programa Universidade para Todos (ProUni) é uma política do Ministério da Educação (MEC) que concede bolsas parciais (50%) e integrais (100%) para estudantes universitários matriculados em universidades privadas. De acordo com o website do programa<sup>1</sup> como critérios para a concessão da bolsa se exige que se tenha estudado em escolas públicas (ou com bolsas em particulares), renda familiar bruta de até um salário mínimo e meio, dentre outros fatores.

O decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005 é o dispositivo legal que estabelece o ProUni. Além da citada legislação, há também portarias normativas que são promulgadas anualmente a fim de regulamentar a política educacional. O ProUni foi uma das principais bandeiras do Partido dos Trabalhadores. Um enorme esforço publicitário foi realizado para divulgar o programa e propagar o seu “caráter democratizador da educação”. A respeito do Prouni, Carvalho em O ProUni no Governo Lula e o Jogo Político (2006) em torno do acesso ao ensino superior, analisa a política do Prouni com seus mecanismos de renúncia fiscal e seu real caráter democratizador do ensino superior brasileiro.

A autora avalia que houve uma mudança nos referenciais fiscais, do equilíbrio econômico para a geração de superávit para o selo de bom ou mau pagador de sua dívida. Em outras palavras, a dívida pública virou uma questão central para os

---

<sup>1</sup> <http://siteprouni.mec.gov.br/>

países conseguirem investimentos internacionais. É preciso que o mercado acredite que não haverá risco de calote da dívida. Não apenas uma “saúde fiscal”.

Sobre a relação entre formados no ensino médio e quantidade de vagas no ensino superior é dito:

O caminho privado de expansão de matrículas, cursos e instituições, que foi tão intenso nos anos de 1970 e teve um novo surto expansivo nos anos de 1990, principalmente entre 1998 e 2002, resultou na criação de um número excessivo de vagas que, segundo informações recentes do INEP, é superior ao número de formados no ensino médio. (CARVALHO, 2006, p. 984)

É dentro deste contexto que o Programa Universidade para Todos (PROUNI) surge, com a promessa de inserção social. O Prouni simbolizaria uma salvação para as instituições de ensino superior privado por conta de uma quantidade expressiva de vagas ociosas que, em tese, não são preenchidas. O MEC teve que ceder aos interesses políticos das IES privadas.

É ressaltado que os recursos que o Estado abre mão para custear o Prouni poderiam ser utilizados na ampliação das universidades públicas, na melhoria da qualidade das mesmas. As camadas mais pobres não necessitariam apenas da vaga em si, mas também de uma série de políticas de permanência que só existem nas instituições públicas de ensino superior. Como o PNAES<sup>2</sup>.

Em sua conclusão diz: “As instituições mais beneficiadas parecem ser as lucrativas, que não apenas estão submetidas às regras mais flexíveis, como também obtêm maior ganho relativo à renúncia fiscal” (CARVALHO, 2006, p. 995).

Catani, Afrânio Mendes, Gilioti e Renato de Sousa Porto no texto “O Prouni na encruzilhada: entre a Cidadania e a Privatização” (2005) argumentam que o processo político que culminou na legislação que rege o programa universidade para todos (PROUNI) atendeu todas as demandas do setor privado. O programa publicizado como uma grande política de inserção social e democratização do ensino superior teria sido uma grande salvação para o problema de evasão de alunos e vagas ociosas.

Com relação às mudanças ocorridas na lei é dito: “Diante de tais propostas, o PROUNI começava a ser desconfigurado. Na melhor das hipóteses, constitui-se em programa assistencialista, que prioriza o acesso - e não a permanência.”(CATANI et

---

<sup>2</sup> Plano Nacional de Assistência Estudantil.

al., 2005, p. 58.)

É ressaltado o perfil do PROUNI como política de acesso e não de permanência. Entendendo o aluno como cliente e não cidadão.

Concluem que a política pública fortaleceu a mercantilização do ensino superior injetando capital nas instituições privadas em detrimento das públicas, contrariando o PNE, que previa uma priorização do setor público.

Além da qualidade questionável dos cursos oferecidos, os beneficiários terão acesso a um ensino privatista e pautado pela falta de condições que garantam a sua permanência até a obtenção do diploma (CATANI et al., 2005, p. 65)

No artigo “Prouni: democratização das instituições de ensino superior?”, de Catani, Afrânio Mendes, Hey, Ana Paula, Gilioli e Renato de Sousa Porto se pretende discutir até que ponto o Prouni se constitui em uma política pública que visa a democratização das universidades. Levantando a problemática existente com relação aos incentivos fiscais concedidos às IES privadas e uma política pública que visa basicamente, na visão dos autores, o acesso e não a permanência desses discentes.

O Prouni seria uma forma de atender uma demanda popular - o acesso às universidades pelas camadas populares, e também das IES privadas. Tudo isso feito sob uma engenharia que não implicasse gastos significativos para o governo federal como uma mudança na parcela do PIB destinada para a educação.

O projeto fora deformado no processo de tramitação na Câmara do Deputados. As IES conseguiram modificar o projeto de lei a seu favor. Uma das limitações é também a que entende o Prouni como um benefício social e não como um direito social. Um direito ao acesso à educação.

É concluído que o Prouni não institui uma democratização de fato e sim atende as demandas das IES privadas. Reforçando o projeto de universidade privada que se instituiu a partir da década de 90.

Almeida (2015) buscou através de entrevistas a 50 bolsistas do Prouni entender as diferenças entre as os beneficiados pelo Programa Universidade para Todos. A categoria ‘herdeiro’ dialoga com a obra de Bourdieu e Passeron: “Os Herdeiros: Os Estudantes e a Cultura” (1964).

Apointa a problemática da expansão do ensino superior pautada em um crescimento quantitativo, aumentando o número de vagas nas universidades, e não



qualitativo. Este último poderia de fato diminuir as desigualdades sociais e engendrar as condições necessárias para a criação de uma sociedade democrática. Já o crescimento quantitativo poderia aprofundar tais lacunas entre as camadas da população, entre as classes sociais.

Sobre a obra de Bourdieu e Passeron é dito:

Foram os que mais aprofundaram o estudo sobre as estratégias mobilizadas pelas frações de classes dominantes para manter ou reverter o valor dos diplomas, face à entrada de segmentos que até então não circulavam nos ambientes universitários, relegando-os aos ramos e carreiras de menor prestígio, geralmente envolvidas em processos de desclassificação simbólica. (ALMEIDA, 2015, p. 87)

Almeida (2015) aponta que é apenas na década de 70 que há um aumento do número de vagas no ensino superior brasileiro. Vagas estas preenchidas por indivíduos das camadas médias da sociedade. É no período da ditadura militar que surge o crédito estudantil, que depois seria rebatizado de FIES. Esta primeira expansão é feita pelo setor privado, com aporte estatal.

A segunda expansão do setor educacional ocorre durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Uma terceira expansão ocorre nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, pautada de forma semelhante pelo investimento estatal via renúncia fiscal nas instituições de ensino superior com fim lucrativo. O autor afirma:

Conforme apontam pesquisas sobre o perfil do alunado desse setor privado lucrativo, a maioria dos estudantes possui forte vínculo com o trabalho, notadamente para sustento pessoal, sustento de outros entes familiares ou mesmo para o auxílio no orçamento doméstico. Logo, no Brasil, mais do que o estudante que trabalha, predomina o trabalhador que estuda. (ALMEIDA, 2015, p. 88)

Em sua pesquisa, Almeida divide o grupo em subgrupos. O das graduações curtas (licenciaturas e tecnólogos) e os das de maior tempo (bacharelado). Na prova empírica os bacharéis estavam mais preparados que os licenciados e tecnólogos.

Apenas os bacharéis tinham feito cursos de fruição cultural, como pintura em tela, teatro e etc. O que reforça o argumento de Bourdieu, o do capital cultural, e da herança cultural como condicionantes e facilitadores do sucesso escolar. Os bacharéis em suas respostas enfatizavam a questão da universidade ser 'boa'. Evidenciando o conhecimento e a preocupação com o prestígio da instituição.

O aumento das taxas de escolarização visto em todas as classes (Almeida)

não engendraria o caráter democratizador da educação. Apesar disso, a educação pode sim ajudar a diminuir as desigualdades sociais no que tange ao acesso à cultura.

Almeida conclui que o Prouni apresenta uma alternativa para os estudantes de baixa renda. Os dados coletados na pesquisa demonstram: “[...] uma heterogeneidade interna, sugerindo diferenças importantes entre os bolsistas, com acentuada positividade para os bacharelados no que se refere à formação escolar, origem social e econômica, bem como condições culturais” (ALMEIDA, 2015, p.96)

Portanto, conclui-se que é um processo marcado por contradições. Ao mesmo tempo que expande o número de vagas no ensino superior brasileiro, o Prouni injeta capital estatal em empresas privadas que inclusive tem suas ações em bolsas de valores. A vulgarização do acesso ao diploma universitário faz com que seu prestígio diminua. O acesso a um diploma de um curso breve em uma universidade de pouco prestígio, pouco pode fazer no que tange a uma mudança nas estruturas socio-econômicas brasileiras. Uma diminuição de fato das desigualdades sociais. Pois o novo formado verá seu diploma subvalorizado.

## **1.2. Fies**

O Programa de Financiamento estudantil (Fies) foi instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) via lei 10.206 de 2001. Durante as gestões petistas, o programa de crédito universitário foi expandido. Em 2010 houve uma remodelagem do programa com taxas de 3,4% a.a., um aumento do período de carência para 18 meses e do período de amortização - que ficou então estabelecido em 3 vezes a duração do curso mais 12 meses. Além disso, o percentual de financiamento passou para até 100%. Ou seja, as bolsas poderiam ser financiadas de forma integral. Em “Crédito Educativo com Amortizações contingentes à renda: uma alternativa para a reformulação do financiamento estudantil no Brasil.” de Nascimento, Paulo A. Meyer M. se procura discutir a política do FIES e introduzir uma discussão dos limites e as possibilidades da implementação dessa política pública no Brasil. Denominado de Crédito educativo baseados em empréstimos com amortizações contingentes à renda e tendo como sigla ECR, é o sistema de financiamento estudantil mais implementado no mundo.

A grande diferenciação do ECR para outras formas de financiamento é no

que tange a flexibilização dos métodos de pagamento. Nesta modalidade não há parcelas fixas, elas podem variar de acordo com a renda da pessoa que contrai o empréstimo.

O autor relata a experiência do uso do ECR em países como Austrália e Nova Zelândia. Além do custeio das mensalidades, o dinheiro era destinado a bancar parte das despesas dos discentes.

Haveria uma variação do ECR para financiar cursos técnicos. Este sistema poderia ser visto no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O mesmo poderia ser utilizado por empresas, que por sua vez poderiam investir na formação de seus empregados visando uma melhoria da produtividade. Isto não ocorre, segunda a literatura apontada pelo autor, por conta do medo que essas instituições têm de perderem seus trabalhadores para outras empresas. Uma vez que os mesmos aumentem o seu nível de escolaridade.

O autor argumenta:

[...] ao reduzir os pagamentos durante períodos de baixa renda, representaria uma segurança financeira para os beneficiários. Ao mesmo tempo, se o padrão de renda dessas pessoas se elevar ao longo da vida, o governo poderá recuperar maiores proporções de recursos emprestados. Não havendo subsídios adicionais implícitos no desenho do programa, o sistema se mostrará autofinanciável (NASCIMENTO, 2015, p. 52)

### **1.3 Reuni**

O programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi criado pelo decreto nº 6.096, datado de 24 de abril de 2007. A partir de então, uma série de ações foram tomadas pelo poder executivo via MEC para a ampliação da oferta de vagas nas universidades federais. Ações que vão desde a criação de novas instituições, como no caso da Universidade Federal do ABC (UFABC), até mesmo a ampliação das existentes. Como no caso da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que já tinha cursos voltados para a área médica e se expandiu para grande São Paulo (Osasco, Guarulhos, Diadema), para Santos e também para São José dos Campos. Cada uma destas cidades agrupando cursos de certas áreas do conhecimento humano.

Cislaghi Defende que o programa REUNI instituído em 2007 prevê um

aumento das verbas para as universidades, mediante a obtenção das mesmas de uma alta nota de desempenho. Este desempenho seria baseado no percentual de estudantes que conseguissem concluir a graduação.

Porém, segundo a autora, isso faz com que na verdade as universidades federais tenham menos verbas - após se expandirem, e um cargo de docentes também inferior. Prejudicando, por sua vez, a autonomia financeira das mesmas.

Conclui que:

Ainda assim, todas as análises parciais não só do REUNI como do conjunto de medidas da contra-reforma universitária mais recente, que no governo Lula foram efetivamente aprofundadas apenas a partir do segundo mandato, demonstram de forma inequívoca que a ampliação de vagas proposta não altera as características do ensino superior no Brasil, marcado pela privatização e no período mais recente pelo subfinanciamento das universidades públicas (CISLACHI, 2010, p. 179)

Defende que a contra-reforma universitária instaurada pelo REUNI, mediante o decreto presidencial 6069/07, não garantiu recursos humanos e de infra-estrutura necessários para a instituição de um ensino superior de qualidade baseado no tripé inseparável entre pesquisa, ensino e extensão. O crescimento promovido pelo programa fora feito com a sobra das verbas arrecadadas, não houve um aumento no percentual do PIB destinado à educação.

A educação básica, fundamental, (Santos, 2009) é um direito social instituído pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Porém, a educação de nível superior não é prescrita enquanto direito, para o autor: “quando se trata da educação superior, mesmo que se reconheça o direito de acessibilidade a todos, a questão da obrigatoriedade cede lugar ao mérito” (SANTOS, 2009, p.2)

Defende que não basta a prescrição de direitos sociais. Para que os mesmos se concretizem há de existir um compromisso público entre Estado e Sociedade. Para o desenvolvimento das políticas sociais de acesso e permanência ao sistema universitário.

O autor pensa a instituição do REUNI em uma ótica do Direito. Pensando o programa enquanto uma tentativa de ampliação do direito à educação.

Sobre as mudanças na estrutura universitária diz:

Não se tem a missão aqui de firmar conclusões definitivas, ou mesmo de fazer votos da não modificação do sistema universitário, até porque as transformações são aparatos essenciais para as universidades. Elas só se mantiveram vivas e ativas, desde a Idade Média, por conta das mudanças que sofreram com o passar [do] tempo (SANTOS, 2009, p.6)

Dados do Censo da Educação Superior de 2003 colocavam o Brasil entre os países com um dos sistemas educacionais de nível superior mais privatizados do mundo. Tal crescimento do setor privado se deu basicamente mediante a leis flexíveis, que facilitaram a criação de universidades e também ao uso de verbas estatais para custear as mesmas. Injetando capital público em instituições de capital privado.

É importante não perder de vista que o REUNI, apesar de ser um Programa - não possuindo, dessa forma, um caráter universal -, é parte integrante de uma política governamental de ampliação da demanda da educação superior, a qual foi agendada com respaldos nos anos de crise das universidades federais, como vimos anteriormente (SANTOS, 2009, p. 11)

O autor afirma que o veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que barrava os 7% do PIB destinados para a educação fora mantido pelo seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Afirma também que o REUNI depende de uma política de continuidade entre os governos, estando diretamente ligado aos interesses políticos de cada gestão.

Alerta para uma possível “massificação do ensino superior” o que levaria necessariamente na visão do escritor para uma queda no nível da qualidade da educação superior pública brasileira.

Encerra seu artigo alegando que a educação superior deve ser entendida como um direito fundamental na construção dos indivíduos e que tal conhecimento é patrimônio histórico da humanidade. É um saber construído socialmente e que deve ser democratizado. Também diz que a ascensão social não deve ser promovida mediante apenas o ingresso em uma universidade, também cabendo outros fatores que garantam a permanência do discente.

Maria e Orlando escrevem o artigo “Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias” que foi fruto de revisão de literatura sobre o tema, aborda a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras. Tem uma postura crítica com relação ao REUNI, afirmando

que o programa aumentou o número de vagas porém com o aumento veio a dependência das universidades federais brasileiras para com o governo federal. Na visão dos autores, as universidades públicas devem gozar de autonomia financeira e o ensino deve ser marcado pelo nível de excelência: “O neoliberalismo coloca o Estado menos proprietário e interventor na economia e na previdência social, mas não é, necessariamente, por isso, um Estado Fraco” (MARIA E ORLANDO, 2012, p.3).

O chamado desmonte do ensino superior iniciou-se durante a gestão de Fernando Collor. No governo de FHC houve outras tentativas que só se concretizaram nos governos petistas: “...a culminância desse processo efetivou-se mais sistematicamente no Governo Luiz inácio Lula.” (MARIA e ORLANDO, 2012, p.4)

O liberalismo econômico seria propagado pelo Banco Mundial, que, para conceder crédito aos países, os obriga a cumprir a risca uma série de políticas públicas de cunho neoliberal:

O discurso oficial do Banco explicita como meta principal a ação de reduzir o índice de pobreza no Mundo. Nesse prisma, ele tem como prioridades: investir nos países em desenvolvimento, em especial no que diz respeito à saúde e à educação básicas; proteger o meio ambiente; originar reformas para a criação de um meio macroeconômico estável, propício a investimentos e a planejamentos de longo prazo e contribuir para o desenvolvimento social, inclusão, boa governança e fortalecimento institucional como elementos essenciais para a redução da pobreza (MARIA E ORLANDO, 2012, p5.)

Assim as reformas educacionais estariam a serviço do capital internacional, do ideário neoliberal e não da democratização da universidade e da justiça social.

As reformas educacionais pós década de 1990 possibilitaram a criação de universidades apenas de ensino. O que criou uma separação entre o tripé: “ensino-pesquisa-extensão”. Há uma controvérsia entre a expansão educacional e a qualidade do ensino. De modo que haveria uma aumento “quantitativo” e não “qualitativo”.

Haveria também um alto nível de desistência, pautado pelo número de vagas ociosas. E a expansão do número de vagas de determinados cursos que são mais “baratos” como Administração e Pedagogia.

A única reforma possível seria aquela que promovesse a autonomia financeira das universidades. O modelo trazido pelo REUNI traz uma padronização das mesmas e uma disputas entre as federais pelos recursos, uma dependência.

O trabalho de Denise Bessa Léda busca fazer uma leitura crítica do REUNI. Buscando entender os elementos que evidenciam uma continuidade de políticas neoliberais dos governos FHC e Lula no que tange às universidades públicas federais.

A expansão estava atrelada ao orçamento operacional do MEC, não estava ligada a um aumento real do PIB destinado à educação. O que significa dizer que as Universidades teriam uma flutuação constante em seu orçamento.

Um dos requisitos para o recebimentos dos recursos financeiros era a flexibilização dos currículos com a criação de bacharelados multidisciplinares. Isto é: cursos com um programa que abrange diversas áreas do conhecimento e com disciplinas optativas. Modelo que era defendido por ser supostamente atrativo aos discentes e ter um potencial de diminuir as taxas de evasão.

Neste cenário o número de alunos por docente cresceu, o que trouxe uma maior carga de trabalho para os professores. Também houve uma modificação nos processos avaliativos, uma vez que uma das metas estabelecidas é a que estipula um nível de titulação, de formandos.

Na avaliação exposta, o aumento quantitativo no número de vagas não estaria atrelado a um aumento qualitativo, gerando uma queda no nível da educação pública.

#### **1.4. Cotas Raciais**

A implementação das cotas raciais sempre foi um tema de grande debate e polêmica nacional. Dividindo a opinião de especialistas e do público em geral. O Programa Universidade para Todos estipulou uma quantidade de vagas destinadas à população negra. O que levou tal parcela da população brasileira para as universidades privadas de massa. Antes de tal medida (Almeida, 2017) os negros e negras tinham uma maior chance de ingresso em universidades de caráter confessional como a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Além das medidas do ProUni. Fora instituído cotas econômicas nas universidades federais. Nesta seção de nosso trabalho iremos analisar a discussão sobre as cotas raciais.

O texto de Kabbengele Munanga faz uma defesa da política de cotas, desconstruindo uma série de argumentos que são utilizados para negar a necessidade de tal política educacional: “Apesar de críticas contra a ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que a implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas” (MUNANGA, 2001, p.32)

O primeiro ponto refutado foi o que diz respeito à definição do negro no Brasil, uma vez que seria impossível categorizar alguém dado o nível de mestiçagem da sociedade brasileira. Isso poderia ser resolvido, na visão do autor, apenas pela autoafirmação do candidato a vaga. Sendo que um número muito reduzido de brancos pobres iria se auto afirmar negro.

Já o segundo ponto questionado foi o suposto abandono dessas políticas em países como os Estados Unidos. O autor afirma que os defensores dessa política nos EUA mantém a sua postura, e que a mesma foi responsável por uma grande mobilidade de negros para as universidades nas últimas 4 décadas.

Terceiro ponto: por que não é aplicada a outros segmentos sociais desfavorecidos (índios, homossexuais e etc). O escritor afirma que o movimento negro nunca foi contra cotas para outros grupos.

O quarto é a alegação de que os negros que se formassem via política de cotas sofreriam discriminação no mercado de trabalho. Para desconstruir esse argumento é usado o exemplo dos judeus e das políticas reparatórias que os mesmos foram alvo por parte do Estado Alemão. Tais políticas públicas não foram motivo de vergonha e nem de discriminação social.

A quinta e última seria a da “possível perda da qualidade de ensino”, segundo o intelectual, as universidades brasileiras teriam condições de manter o seu nível e se preparar para receber esses alunos.

Encerra o texto alegando que as cotas seria um primeiro passo e que a permanência seria o ponto importante.

Arabele Campos Oliven disserta sobre as ações afirmativas no Brasil, que ocorreram há pouco tempo, realiza uma comparação via análise história dos Estados Unidos e do Brasil. Procurando buscar as especificidades de cada Estado



no que tange às políticas públicas educacionais de cunho afirmativo. O artigo busca dar: "ênfase à questões relacionadas à política de cotas raciais na seleção de candidatos a cursos superiores, uma vez que essa política tem suscitado um grande debate" (OLIVEN, 2015, p.2).

A ação afirmativa é entendida como um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado.

Tais ações serviriam para promover a inclusão de segmentos sociais historicamente desfavorecidos. De modo a inserir as minorias políticas nos espaços laborais, acadêmicos e etc.

Uma medida de caráter provisório que busca equilibrar essa equação desigual.

De acordo com o texto, o Sul dos Estados Unidos tem um histórico de segregação racial. Inclusive legitimada em marcos legais em seu passado como a decisão da suprema corte de 1896 que possibilitava a criação de locus diferenciados para brancos e negros. De modo que foram criadas barreiras.

Apesar do racismo brasileiro ser diferente do americano, aqui ele aparece de uma forma muito mais sutil, "cordial", as estatísticas sobre a população negra revelam uma desigualdade ser par.

Nos Estados Unidos o indivíduo pra ser considerado negro basta ter um ancestral negro. Não importando, assim, o seu fenótipo. Sua aparência física. Enquanto para os americanos basta o genótipo, no Brasil o fenótipo prevalece. Gerando um preconceito de marca.

O termo ações afirmativas foi empregado durante o governo do democrata Kennedy, em 1961.

Haveria uma discriminação postiva para os homens brancos. Isso era passível de ver historicamente. O segmento sempre teve a seu dispor os melhores empregos e vagas nas universidades. De modo que houve um acúmulo.

O estabelecimento de ações de caráter afirmativo no Brasil se instituiu com a lei n. 8.213/91 que estabeleceu a contratação de pessoas com deficiência em empresas de caráter privado.

Considerando o preço das matrículas nas escolas privadas de nível médio que atendem a elite, mais o custo dos cursinhos preparatórios para os exames de seleção às universidades, o rigor do vestibular, o

acirramento da disputa em certos cursos que obriga muitos candidatos a tentarem o ingresso por vários anos seguidos, é bastante difícil imaginar que as escolas públicas possam oferecer aos jovens negros e pobres um nível educacional que os habilite a enfrentar a concorrência dos cursos mais seletivos das universidades públicas em condições equivalentes às dos jovens de camadas mais favorecidas economicamente (OLIVEN, 2015, p.15)

Uma comparação dos dois contextos, norte-americano e brasileiro, é notado uma influência das lutas de libertação das colônias africanas e asiáticas. No Brasil a constituição de 88 definiu o crime de racismo como inafiançável.

A autora conclui:

A meu ver, esse não tem sido, no entanto, o principal tom dos debates. A questão da implementação de cotas raciais como uma forma de política para a correção das desigualdades no Brasil, mais do que polarizado, tem mobilizado a sociedade nacional. Os inúmeros artigos publicados na mídia e em revistas acadêmicas têm aumentado o conhecimento de nossas raízes históricas e das desigualdades sociais e raciais tão presentes em nosso cotidiano que passam a ser quase naturalizadas. E esse conhecimento fundamental para construirmos um projeto nacional que vise uma sociedade mais justa (OLIVEN, 2015, p.21 )

Almeida (2017) buscou analisar o papel do Programa Universidade para Todos no que tange ao acesso da população negra brasileira aos espaços de educação de nível superior. Antes da instituição da política pública, que data do ano de 2005, a população negra tinha uma maior chance de ingresso nas universidades confessionais (PUC e Mackenzie, por exemplo). O ProUni levou tais parcelas da população para as instituições educacionais de nível superior privadas.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revelam que o maior obstáculo das camadas jovens da população (18-24) ao ensino superior é o atraso escolar.

As chances de um jovem do quintil mais rico da população adentrar no ensino superior é cerca de 20 vezes maior do que a do jovem do quintil mais pobre.

As universidades públicas abrigam o maior contingente de pessoas negras. 20% de seu público comparada a 12% das IES privadas. Os dados são do PNAD de 1997. Porém, com a implementação do ProUni, foi possível o acesso de tais parcelas, dos negros, às universidades privadas.

Pondera-se o caráter mercantil das universidades privadas que entendem o aluno como um cliente e buscam o retorno a curto prazo. Desprezando assim a importância da boa formação do corpo docente e do processo educacional que se institui a médio e longo prazo.

Temos assim, negros e negras que adentram em universidades de baixa

qualidade e que também ofertam cursos de áreas específicas, como as humanidades. Cursos de Direito e Pedagogia, por exemplo. Que requerem um baixo custo de manutenção frente aos cursos das hard sciences, como engenharia, e também das ciências biológicas, tais como a medicina. A área médica requer caros equipamentos, o que aumenta o valor do investimento necessário.

A inserção dos negros se dá por conta que tal parcela da população se encontra nas camadas mais pobres, as quais o ProUni é destinado.

### 1.5. Considerações finais

A educação no Brasil desde o período colonial (Nogueira) teve um caráter elitista. O crescimento do sistema educacional brasileiro, e o superior em especial, foi lento. Apenas na décadas de 30 é que surgem as primeiras universidades (como a Universidade de São Paulo, USP). A educação durante boa parte da História Brasileira foi acessado por uma pequena parcela da população. Se pensarmos os níveis universitários, os de educação superior, este elitismo é ainda mais agudo e tangível.

É possível contatar a presença de diferentes trajetórias universitárias (Souza). As típicas de indivíduos das classes trabalhadoras e as típicas de estudantes oriundos das classes mais abastadas, da grande burguesia, por exemplo.

O período compreendido entre 2003 e 2016, nos quais o PT esteve no poder, é marcado por profundas contradições. O clamor popular, vindo dos movimentos sociais por educação, impulsionou o desenvolvimento de políticas educacionais de acesso à educação. Por conta disso, uma das principais bandeiras dos governos de Lula e Dilma foram as políticas educacionais. A principal de todas, a mais visibilizada e publicitada é o ProUni.

Intituido pelo decreto nº 5.493/2005, o ProUni teve sua proposta severamente remodelada. Durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, as empresas de educação realizaram um verdadeiro “Lobby” para adaptar o dispositivo legal aos seus interesses financeiros.

Como um dos argumentos centrais para a criação do ProUni foi o de que haveria uma quantidade astronômica de vagas ociosas no sistema privado que deveriam ser preenchidas. O que é questionável, uma vez que tais universidades

literalmente criam as vagas apenas e exclusivamente mediante a demanda. Ou seja: se não existirem alunos efetivamente matriculados, não há a criação de cursos. Logo, não há a ociosidade de vagas no sistema privado.

Um outro argumento favorável ao ProUni é o de que uma expansão do sistema educacional via setor público seria lenta. O clamor popular e a urgência pela expansão do sistema necessitariam de um tipo de expansão rápida, que segundo este argumento, só poderia ter sido implementada pelo sistema privado.

A principal crítica ao ProUni é a de que o programa realiza na verdade uma transferência de verbas públicas para o setor privado. Uma mercantilização da educação. A isenção de impostos realizada é extremamente benéfica para estas empresas educacionais, que pouco oferecem em termos de contrapartida. Estes montantes poderiam ser utilizados para a construção de universidades públicas, contratação e melhoria das condições do trabalho dos docentes, dos técnicos, de todos os trabalhadores e trabalhadoras envolvidas(os) no processo educacional.

O Fies foi criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As testões petistas deram continuidade ao programa e o ampliaram. O Fies se encontra com o ProUni, pois um aluno com uma bolsa parcial do ProUni (50%) pode ter os outros 50% complementados via os empréstimos do Fundo.

O Fies e o ProUni fazem parte de um binômio de políticas educacionais que fomentaram o crescimento vertiginoso do sistema privado de educação. E deram continuidade, em certa medida, ao modelo neoliberal gestado durante os governos de FHC, que entende a educação como um serviço que é prestado para um cliente, e não como um direito de todos os cidadãos.

O Reuni permitiu a expansão das universidades federais em um momento em que o crescimento do sistema educacional superior via Fies e ProUni começava a demonstrar sinais de esgotamento. O programa concedia verba para a criação e principalmente para a expansão das universidades federais já existentes. Como no caso da Universidade Federal de São Paulo, a Unifesp.

Para a concessão de tais verbas, uma série de critérios precisavam ser atendidos. Como a diminuição da relação de docentes por alunos e também o aumento do número de concluintes. O que simboliza na prática priorizar critérios quantitativistas.

O Reuni não garantiu os recursos necessários para a manutenção destas universidades, justamente por estar amparado no orçamento do Ministério da

Educação – MEC. Ele surge um contexto de “vacas gordas” em que o dinheiro advindo das commodities do agronegócio possibilitou a expansão das universidades e a contratação de milhares de professores. Em um cenário de contenção de gastos como o engendrado pela Emenda Constitucional 55, que congelou os gastos públicos por 20 anos, o financiamento da educação e de outros serviços essenciais está em risco.

As cotas sociais foram implementadas em todo o sistema universitário federal em 2012 e contemplou os alunos provenientes de escolas públicas. Além disso uma série de outros tipos de cotas (raciais, para deficientes, para determinados setores do funcionalismo público) foram implementadas em instituições de todo o Brasil. O que sempre foi alvo de grande polêmica. Tal política pública vai contra a noção de meritocracia que é um dos grandes valores da ideologia neoliberal.

Em resumo a bibliografia que versa sobras as políticas educacionais durante os governos petistas, principalmente no que diz respeito ao ProUni e Fies, questiona o caráter democratizador de tais políticas, ao mesmo tempo que reconhece sua importância para a ampliação do número de graduados. O Reuni também teve seus limites, pois mesmo se tratando de uma expansão do sistema público, implementou uma série de medidas de caráter neoliberal, como critérios de produtividade, de avaliação para a concessão de verbas.

No próximo capítulo iremos analisar os dados existentes sobre o sistema universitário brasileiro no período de 2003 até 2016. Os dados foram buscados nos principais órgãos de estatística do Brasil, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A análise dos dados nos permitirá um olhar cirúrgico sobre o período e possibilitará uma comparação entre os dados dos primeiros governos do PT (2003) até o afastamento e impeachment de Dilma Rousseff (2016).

## 2. O PERFIL DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (2003-2016)

Neste segundo capítulo iremos trazer algumas estatísticas sobre o universo discente universitário. Primeiramente iremos abordar as discussões trazidas por estudiosos da área e nas páginas seguintes, os dados que versam sobre esta esfera universitária, alvo de nossa pesquisa.

Alexandre de Paula Franco (2008) afirma que há um aumento nos investimentos no setor da educação e uma ampliação no número de vagas ofertadas pelas instituições de ensino superior no país. Porém, isso não significa de fato uma democratização do acesso às universidades.

O autor demonstra que o sistema educacional brasileiro se solidifica na década de 30, com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) e até o pós ditadura militar [ele, o sistema educacional] tinha a maior parte das vagas oferecidas pelas instituições de caráter público. Durante a ditadura, houve uma expansão significativa do setor educacional privado de nível superior.

O aumento no número de matrículas no nível superior só foi possível graças à expansão de concluintes do ensino médio. Ou seja: uma expansão do ensino superior necessariamente é ligada a uma expansão do ensino de nível básico. Logicamente, sem ter pessoas formadas no ensino fundamental e médio, não há vestibulandos e graduandos.

O nível da qualidade do nível básico também é duvidoso, formando graduandos que não dominam aspectos elementares de saberes necessários para se cursar uma graduação. Como o domínio de elementos básicos de língua portuguesa e matemática.

Certamente os desafios que temos a enfrentar não são poucos, todavia já existem sinais que demonstram que avanços também foram conquistados, e que um melhor padrão de qualidade é algo a ser alcançado com políticas educacionais eficazes e contínuas, o que demonstra que também a educação superior, não está definitivamente dentro de uma escola de vidro.

(FRANCO, 2008, p.62 )

Nadiz Zago realiza um estudo de casos de estudantes de baixa renda no estado de Santa Catarina que conseguiram adentrar no ensino superior. Em seu estudo se busca entender os fatores que desencadearam essa ruptura social, dada

as baixas expectativas que discentes de classes menos favorecidas teriam de acessar a educação superior pública.

Nessa mesma linha de problematização, identificaram-se pesquisas com universitários moradores da favela, cujo objetivo foi conhecer que elementos motivam esses jovens a desenvolver estratégias integradoras que se contrapõe ao processo de exclusão (ZAGO, 2006, p.227)

Para a autora uma democratização do ensino superior público só poderia ocorrer mediante a instituição de políticas de permanência estudantil. As mesmas criariam as condições *sine qua non*, seria inviável a permanência de um estudante de baixa renda no sistema universitário.

Seria preciso pensar além da questão do acesso. O grande separador de águas seria a permanência desses estudantes dentro das universidades.

Foi feito uma pesquisa de cunho predominantemente qualitativo. A autora procura desnaturalizar a categoria estudante. Afirmando que a mesma abrange uma série de possibilidades, e características distintas. Haveria, portanto, diversos segmentos de estudantes, e não um perfil único, como é amplamente disseminado.

A baixa auto estima faz com que estudantes oriundos da rede pública de ensino desistam de uma vaga na universidade, mesmo antes de tentar. Tal fenômeno é conhecido pelos especialistas em educação como auto-exclusão.

Os alunos entrevistados relatam uma lacuna em seu ensino básico, o que traz dificuldades para prosseguir no ensino superior. Portanto, a democratização do ensino superior só poderia advir mediante uma melhoria significativa dos níveis de ensino que o antecedem.

Esses estudantes são forçados a se privarem de diversas coisas, como passeios e bens materiais. Haveria cursos mais homogêneos, como os menos concorridos nas áreas de humanidades, e os heterogêneos, mais concorridos e em áreas de exatas e biológicas. Encerra afirmando que entender essa população é fundamental para o sucesso das políticas educacionais brasileiras.

O estudo de Wilson Mesquita Almeida<sup>3</sup> (2007) busca compreender a trajetória

---

<sup>3</sup> Professor da Universidade Federal do ABC. Wilson tem doutorado e larga pesquisa sobre o ProUni - O Programa Universidade para Todos implementado em 2005, durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva.

educacional de estudantes de baixa renda que estudaram na Universidade de São Paulo (USP). A ausência de capital cultural - como o descrito por Bourdieu - desses estudantes, era compensada por uma ordem familiar harmônica e de relativa estabilidade emocional. O autor chama de ambiente familiar favorável.

Os alunos estudados foram considerados trabalhadores-estudantes, uma vez que a sua permanência na universidade era propiciada por conta do trabalho.

Há uma ideia de que as universidades particulares seriam o local dos pobres, dos marginalizados. Segundo o autor esta ideia é equivocada, uma vez que nas universidades públicas é que existem programas de permanência que possibilitam o egresso e a continuidade dos estudos das classes marginalizadas: “Essa descoberta confirma o que outras pesquisas já encontravam sobre o perfil “menos privilegiado” do aluno das universidades públicas.” (ALMEIDA, 2007, p. 39 )

A faculdade para esses discentes apareceu como algo mágico, como se tratasse de um milagre os mesmos adentrarem em uma universidade com o nome e prestígio da USP. O acesso a tal universidade era tido como difícil para alunos oriundos de escolas públicas.

Os discentes se sentiam completamente deslocados em uma universidade que não se preparava para alunos-trabalhadores. Ao mesmo tempo que exigia um background inexistente dos mesmos, que ia desde conhecimentos elementares dos níveis básicos da educação, até mesmo o conhecimento de vários idiomas. O tempo para o estudo era uma questão central da permanência, uma vez que os mesmos precisavam trabalhar. A equalização do tempo era possível graças a uma disciplina rígida.

O egresso na prestigiosa USP se deu - segundo o autor - a um ambiente familiar estável. Com uma “ordem moral”, pais que valorizavam a educação. Na visão do autor, a universidade poderia ter um papel mais ativo para garantir a permanência desse perfil de alunato.

No artigo “Conhecimento e Formação nas IES Periféricas Perfil do aluno “novo” da Educação Superior.” (BRITO et al., 2008) procura-se entender as dinâmicas oriundas da expansão do ensino universitário superior brasileiro pautado por uma divisão em IES voltadas para a pesquisa e produtoras deste tipo de saber e as instituições voltadas para o ensino profissionalizante e as demandas do mercado.

Houve uma abertura das IES privadas para um setor da população que não era atendido. Isso se deu com a criação de cursos noturnos e de baixo prestígio.



Este novo perfil de discentes seria formado por alunos-trabalhadores, trabalham durante o dia e estudam durante a noite. Sem tempo para atividades de extensão ou pesquisa.

Essa nova realidade desconstrói a ideia de estudante clássico. Com a idade certa para estudar, tempo, recursos financeiros e etc.

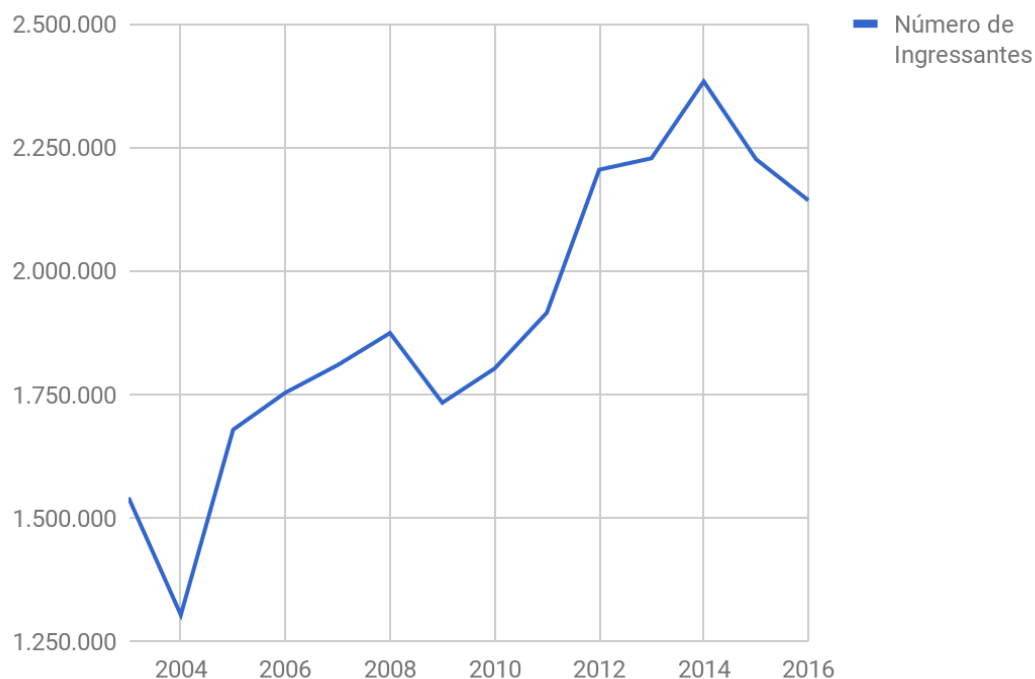
## **2.1. Raio-x do Sistema Universitário Brasileiro**

Para dissertar a respeito do perfil universitário brasileiro, levantamos dados coletados nos principais órgãos de estatística estatais. Como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nosso recorte temporal está circunscrito ao período dos governos do Partido dos Trabalhadores. Que se iniciou no ano de 2003 no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, Lula, até o impedimento de Dilma Rousseff (2016).

Trazemos os dados das taxas de matrícula e ingresso no sistema universitário como um todo. Informações no que tange ao sexo dos universitários e universitárias, da idade deste grupo, de sua raça (ou cor) e também de sua renda.

Durante o período estudado houve um aumento significativo no número de matrículas e de ingressantes no sistema educacional de nível superior brasileiro. Como explicitado nos gráficos I e II.

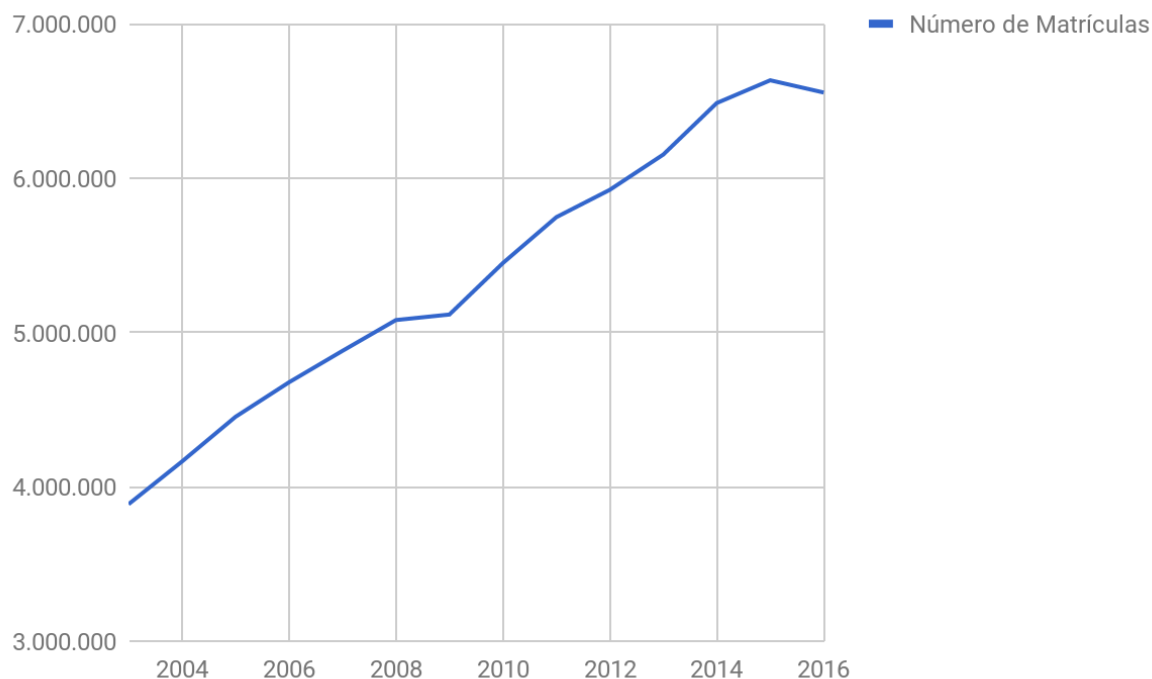
**Gráfico 1 - Número de Ingressantes no período de 2003 até 2016**



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Como é possível ver no gráfico I, o número de ingressantes no período de 2003 até 2014 (ano de pleito eleitoral em que Dilma Rousseff é eleita para seu segundo mandato), houve um aumento de aproximadamente 100%. O ano de 2014 foi o que houve o maior número de ingressantes. Após isso, é possível constatar uma queda neste número.

**Gráfico 2 - Número de Matrículas de 2003 até 2016**

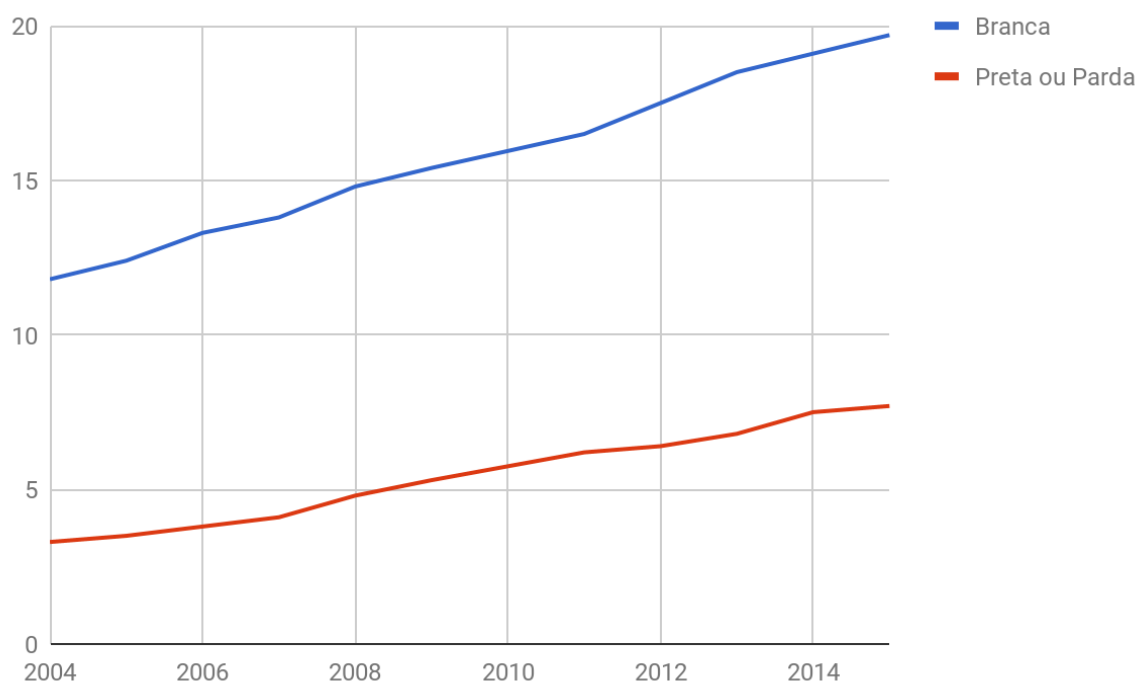


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Como é possível verificar, há uma diferença entre o número de matrículas e o número de ingressos. Durante a era petista, houve um crescimento tanto do número de estudantes matriculados, quanto do número dos que ingressaram. Há diversos fatores levam o matriculado a não ingressar nas instituições de ensino superior. Tais como a desistência, a distância entre a faculdade e a casa e etc. (NOGUEIRA, 2017).

No que diz respeito à raça/cor das universitárias(os), temos o gráfico 3. Que ilustra mediante percentuais, os números relativos das pessoas com 25 anos ou mais de idade com o nível superior segundo fatores étnico-raciais. No gráfico há duas categorias basicamente, a de brancos e a de não-brancos. Os não brancos são entendidos como os pardos e os negros.

**Gráfico 3 - Nível de ensino das pessoas de 25 anos ou mais de idade, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas (%) de 2004 até 2015 (exclusive 2010).**

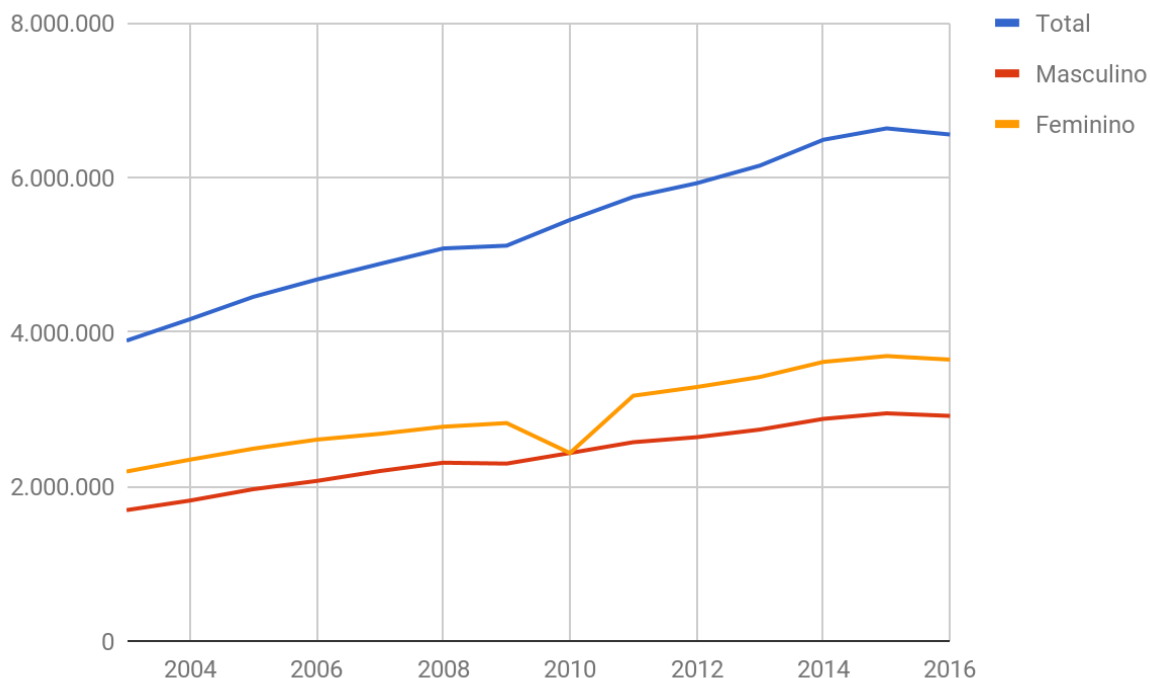


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de Indicadores. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Não conseguimos os dados relativos ao ano de 2016. Doravante, é possível constatar um aumento no percentual de pessoas classificadas como pretas ou pardas. No gráfico 3 aparece os números relativos de pessoas com 25 anos ou mais e a sua formação no ensino superior. Portanto, podemos perceber que apesar da lacuna entre os brancos e não-brancos, houve um aumento no número relativo de graduados não-brancos (pretos e pardos). E de graduados como um todo.

No que diz respeito ao sexo temos o seguinte gráfico:

**Gráfico 4 - Número total de matrículas e por sexo de 2003 até 2016**



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

No que tange ao sexo dos universitários e universitárias, houve um aumento do número de matrículas com a manutenção do maior número de mulheres no sistema universitário como um todo.

Apesar do Brasil ter uma sociedade marcada pelo forte machismo que é estrutural e estruturante ao mesmo tempo, no que tange ao ensino superior, as mulheres ocupam a maior parte das vagas nas universidades. Apesar do maior nível de escolaridade, persistem as disparidades salariais e a violência cotidiana, marcada, não raramente, inclusive por mortes. O famigerado feminicídio.

No que diz respeito à renda e aos estudantes das universidades públicas temos a tabela 1:

**Tabela 1 - Número de estudantes da rede pública de ensino superior divididos por quintil de renda**

Período	Total	1° quintil	2° quintil	3° quintil	4° quintil	5° quintil

<b>2002</b>	1.11 0.966	2,3	4,7	9,8	23,8	59,2
<b>2003</b>	1.22 6.032	2,2	4,3	10,7	24,7	57,9
<b>2004</b>	1.20 5.822	2,2	4,8	10,3	24,9	57,6
<b>2005</b>	1.27 8.275	1,9	6	11,8	25,1	55,1
<b>2006</b>	1.36 5.656	1,8	6,2	11,6	26,1	54,3
<b>2007</b>	1.38 9.295	2,9	7,2	12,3	23,8	53,7
<b>2008</b>	1.39 9.323	2,9	8,3	13,4	23,3	52
<b>2009</b>	1.42 5.344	3,4	7,9	12,6	25,2	50,9
<b>2011</b>	1.46 8.998	7	10,2	16,4	25,2	41
<b>2012</b>	1.57 5.000	5,6	10,8	18,4	26,3	39
<b>2013</b>	1.52 2.377	7,2	11,5	17,3	25,2	38,8
<b>2014</b>	1.69 2.000	7,6	12,7	18	25,3	36,4
<b>2015</b>	1.73 0.000	8,3	14	17	25,2	35,6

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Já a tabela 2 apresenta os dados Número de estudantes da rede privada de ensino superior divididos por quintil de renda. O primeiro quinto é formado pelo dos mais pobres, o último, dos mais ricos. Esta é uma classificação de classe utilizada pelo IBGE.

**Tabela 2 Número de estudantes da rede privada de ensino superior divididos por quintil de renda**

<b>Período</b>	<b>Total</b>	<b>1° quintil</b>	<b>2° quintil</b>	<b>3° quintil</b>	<b>4° quintil</b>	<b>5° quintil</b>
<b>2002</b>	2.821 .618	1,2	1,4	5,7	17,6	73,9
<b>2003</b>	3.226 .887	1,6	1,7	5,6	19,7	71,1

<b>2004</b>	3.375 .882	1,2	2,1	6,5	20,8	69,2
<b>2005</b>	3.665 .361	1	2,3	7,8	22,8	65,8
<b>2006</b>	4.197 .737	1	3,2	8,8	22,8	64,2
<b>2007</b>	4.393 .522	1	4,1	10,1	26	58,7
<b>2008</b>	4.463 .839	1,2	4,6	10,7	26,1	57,4
<b>2009</b>	4.652 .983	1,5	5,7	12,1	27,4	53,3
<b>2010</b>	-	-	-	-	-	-
<b>2011</b>	4.303 .592	3,4	6,6	13,4	28	48,3
<b>2012</b>	4.960 .000	2,4	7,1	14,4	29,2	47
<b>2013</b>	4.837 .218	3,7	8,3	15,9	29,1	43
<b>2014</b>	5.597 .000	3,4	10,3	15,9	29,6	40,9
<b>2015</b>	5.572 .000	4	10,8	16,9	29,9	38,4

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

As tabelas 1 e 2 demonstram um aumento paulatino no percentual de estudantes dos quintis mais baixos do ponto de vista da renda.

Ela ilustra também que é nas universidades públicas que se fazem presentes as parcelas mais pobres da população.

Os dados da rede pública nos mostram um decréscimo paulatino no percentual de estudantes pertencentes ao quintil 5 (dos mais ricos). Se em 2002 59,2% dos estudantes universitários pertenciam ao quinto quintil em 2015 este percentual vai para 35,6%. Uma queda de 23,6%.

O primeiro quinto, dos mais pobres, tem um aumento de sua participação neste mesmo período (de 2002 até 2015). Indo de 2,3% - em 2002 - para 8,3% em 2015. Um crescimento de 6%.

Já na rede privada o decréscimo do quinto quintil é mais abrupto do que o do sistema pública de educação de nível superior. Passando de 73,9% em 2002 para

38,4%. Uma queda de 41,5% neste quintil.

O crescimento do quinto mais pobre foi de 1,2% em 2002 para 4% em 2015. Portanto de 3,8%.

Logo, podemos concluir que o sistema pública abriga as parcelas mais pobres da população brasileira e é nele em que houve o maior crescimento destas parcelas.

De uma perspectiva global, houve o decréscimo dos quintis mais ricos e também um crescimento dos mais pobres nos dois sistemas (público e privado).

No que tange à idade deste perfil universitário, temos os dados apresentados pela tabela III

**Tabela 3 - Nível de ensino das pessoas de 25 anos ou mais por grupos de idade (%) de 2004 até 2015, exclusive 2010**

Período	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	25 a 64 anos	65 anos ou mais
2004	8,1	9,1	9,7	7,4	8,7	3,8
2005	8,4	9,4	9,8	7,7	8,9	4
2006	9,3	9,9	10,3	8,8	9,6	4,2
2007	10	10,1	10,6	8,5	10	4,7
2008	11	11,6	11,6	9,1	10,8	4,8
2009	12	11,9	11,4	9,4	11,4	5,1
2011	13,4	12,6	12,3	10	12,3	5,8
2012	14,4	12,8	13,1	10,2	12,9	6,1
2013	15,2	14	13,6	10,7	13,7	6,3
2014	16,2	14,7	13,7	11,1	14,3	6,8
2015	16,6	15,4	14,3	11,5	14,7	7,1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

No que tange ao perfil etário destes estudantes, houve um aumento em praticamente todos os grupos de idade. A tabela 3 traz o percentual de graduados. Sendo que o aumento mais significativo foi o do grupo de 25 a 34 anos. Em 2004 ele representava 8,1% dos graduados. Em 2015 este número vai para 16,6%. Um crescimento de 8,5% no número de graduados. Basicamente este grupo praticamente dobra de tamanho no período estudado.



## 2.2. IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.

Segundo a pesquisa: “Desde a primeira investigação sobre o perfil dos estudantes das IFES [Instituições Federais de Ensino Superior] o sexo feminino tem maior participação em sua composição, assim como o é na composição nacional da população durante todo o período observado”. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2016, p.1)

Os dados da tabela IV foram obtidos segundo pesquisa por amostras, por conta disso, os dados das instituições federais estão em percentuais, em números relativos, e não em números absolutos. O que permitiria uma visão apurada sobre o que mudou, sobre as mudanças estruturais.

A tabela a seguir ilustra essa relação:

TABELA IV: Graduandos e população brasileira segundo sexo - 1996 a 2014 (%)

Sexo	Pesquisa	1996	2003	2010	2014
Feminino	IFES	51,44	53	53,51	52,37
	PNAD/Censo IFES	51,2	51,22	51,03	51,56
Masculino	PNAD/CENSO	48,56	47	46,49	47,47
	IFES	48,8	48,78	48,97	48,44
Sem Declaração	-	-	-	-	0,16

Fonte: Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010

FONA PRACE - Pesquisas do Perfil (1996, 2003 e 2010). CEPES (2014)

De semelhante modo ao que ocorre no nível federal, as universidades federais são majoritariamente e durante todo o período pesquisado feminina.

A idade média dos estudantes se elevou em 1,5 ano do censo de 2010 para o de 2014, de 23 para 24,5 anos. Isso ocorreu após as políticas de expansão do sistema universitário. Seja via o sistema privado (ProUni e Fies), seja pelo sistema público (Reuni).

Tabela 5: Graduandos segundo a faixa etária - 1996 a 2014 (%)

Idade	1996	2003	2010	2014
-------	------	------	------	------

<b>Menos que 20 anos</b>	21,41	23,8	16,8	14,94
<b>De 20 a 24 anos</b>	53,77	53,8	57,73	51,92
<b>De 25 a 29 anos</b>	14,6	12,5	16,39	18,36
<b>Igual ou maior que 30 anos</b>	10,22	9,9	9,08	14,72

Fontes: FONAPRACE - Pesquisas do Perfil (1996, 2003 e 2010). CEPES (2014)

No que tange à faixa etária, é possível ver um "envelhecimento" do perfil dos discentes das universidades federais brasileiras. Os dados nacionais ( sistema público e privado) apontam para o crescimento de todas as faixas. Porém, na esfera das IES Federais, houve um envelhecimento.

Com relação a cor dos estudantes (2014), a pesquisa apontou que houve uma mudança brusca. Os brancos, nos últimos dez anos, deixaram de ser 60% dos estudantes universitários para se tornarem 45%. Enquanto os pardos sobem de 28% para 37,75% e os pretos de 5,9% para 9,82. Os dois grupos, pretos e pardos, totalizam 47,57% dos estudantes universitários, quando antes totalizam 33,9%.

**Tabela 6: Graduandos e população brasileira segundo Cor ou Raça - 1996 a 2014 (%)**

Cor ou raça	Pesquisa	1996	2003	2010	2014
Amarela	IFES	-	4,5	3,06	2,34
	PNAD/Censo	0,42	0,44	1,09	0,49
Branca	IFES	-	59,4	53,93	45,67
	PNAD/Censo	55,24	51,96	47,73	45,48
Parda	IFES	-	28,3	32,08	37,75
	PNAD/Censo	38,19	41,47	43,13	45,05
	IFES	-	5,9	8,72	9,82
Preta	PNAD/Censo	5,97	5,93	7,61	8,58
	IFES	-	2	0,93	0,64
Indígena	PNAD/Censo	0,16	0,19	0,43	0,4
	IFES	-	-	1,28	-
Outra	PNAD/Censo	-	-	-	-
	IFES	-	-	-	3,78
Sem Declaração	PNAD/Censo	0,02	0	0	0

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. FONAPRACE - Pesquisas do Perfil (1996, 2003 e 2010). CEPES (2014)

De acordo com a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos

Estudantes de Graduação das instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, no período de quase 20 anos, de 1996 à 2014, houve uma diminuição paulatina e significativa no número de brancos universitários. Isto estaria relacionado, aparentemente, ao processo de autodeclaração. Com a mudança dos que se declaravam brancos por conta do racismo marcante da sociedade brasileira. Porém, mesmo com uma alteração na percepção da cor dos universitários, a adoção maciça da política de cotas se tornou como condição *sine qua non*, tal alteração não poderia ter ocorrido.

Com relação ao perfil de renda desses estudantes, houve um aumento dos discentes com um perfil de até 3 salários mínimos. De 2010 para 2014 o aumento foi de 40% para 51%.

**Tabela 7: Graduandos segundo estimativa de Renda Bruta Familiar Per Capita média em faixas salariais - 2014 (Freq. e %)**

	Renda per capita do grupo familiar em salários mínimos	Região					Nacional
		Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
<b>Até ½ SM - R\$ 362,00</b>	Freq.	22,677	121,388	55,621	64,265	34,408	300,359
	%(C)	22,79	45,79	45,9	22,39	21,83	31,97
<b>Até 1 SM - R\$ 724,00</b>	Freq.	42,837	178,359	80,643	128,653	16,254	506,746
	%(C)	43,05	67,28	66,54	44,81	45,73	53,93
<b>Até 1,5 SM - R\$ 1086,00</b>	Freq.	55,886	203,225	92,189	169,912	100,676	621,887
	%(C)	56,17	76,66	76,07	59,18	60,37	66,19
<b>Até 2 SM - R\$ 1448,00</b>	Freq.	68,935	86,04	85,6	73,56	75,02	78,44
	%(C)	69,29	86,04	85,6	73,56	75,02	78,44
<b>Total</b>	Freq.	99,494	265,084	121,187	287,087	166,752	939,604

Fonte: CEPES/IEUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES - 2014

Com relação a região, o maior contingente se localiza na região Sudeste (30,55%), seguido pela Nordeste (28,21%), Sul (17,75%), Norte (12,9%) e Centro-

Oeste (10,59%). A maioria dos universitários das IFES têm entre 18 e 24 anos (66,28%).

Com relação à frequência dos sexos por área do conhecimento, observou-se que o sexo feminino era preponderante nas seguintes áreas: Ciências da Saúde (67% para 33%); Ciências Biológicas (63% versus 34%); Ciências Humanas (56% versus 44%). Já nas ciências duras, nas ciências exatas e da Terra (66% do sexo masculino contra 34% do feminino).

O estudo concluiu que o ensino das IFES se tornou mais inclusivo. Houve um aumento no número de pardos e negros. Dois de cada 3 estudantes se encaixam no perfil de vulnerabilidade social, com renda familiar per capita de até 1,5 de salário mínimo. A lei de cotas, somadas ao mecanismo do SISU e a ampliação do ENEM, foram responsáveis por tornar mais democrático o locus universitário.

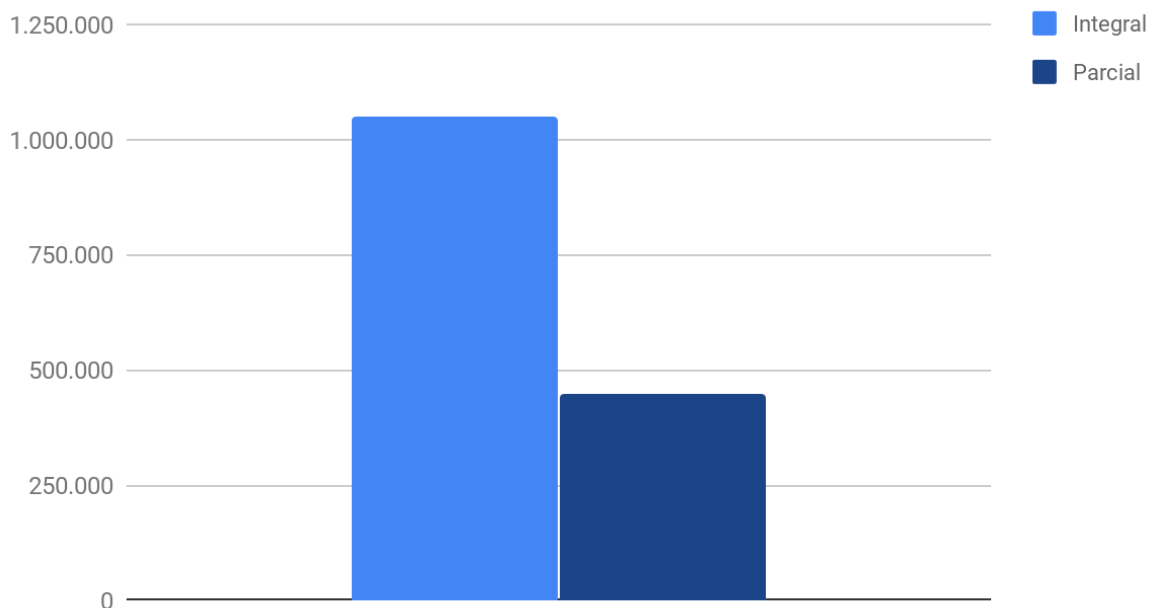
Esta parcela da população universitária que se enquadra no perfil de vulnerabilidade social, só se mantém, segundo o argumento do texto, por conta dos recursos do PNAES - que garante a assistência para tais discentes. O que expõe uma fragilidade, uma vez que se trata apenas de uma política de governo.

Sobre o tema é dito: "... é um dever daqueles (as) que defendem o avanço no acesso e na inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica a educação superior pública. Mas do que isto, é o reconhecimento do seu significado social no campo da proteção social ao (à) estudante das IFES" (p. 245).

É entendido que dado o perfil dos estudantes, se faz necessário uma lei aprovada pelo Congresso Nacional para garantir a manutenção do PNAES, o que por sua vez significa a consolidação de um processo de democratização do acesso ao ensino superior no país.

Para além das Universidades Federais, também foi possível analisar dados disponíveis sobre o Programa Universidade para Todos - o ProUni. Com relação à modalidade da bolsa (integral ou parcial) temos o gráfico 5:

### Gráfico 5 - Bolsistas por tipo de bolsa

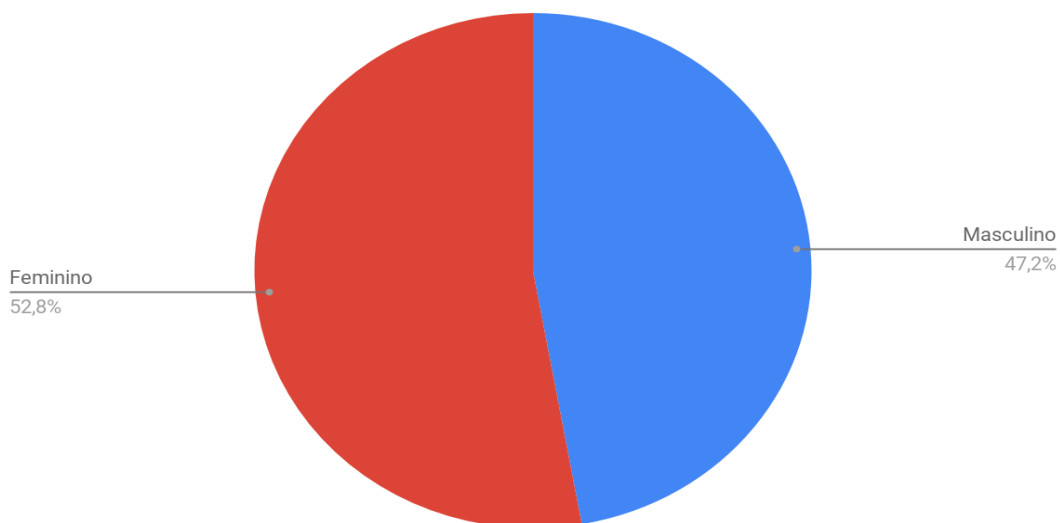


Fonte: SisProuni 06/01/2015 - 2005-2º até 2014

A partir do gráfico 5 podemos constatar que a maior parte das bolsas concedidas a partir do segundo semestre de 2005 até 2014 foi de tipo integral. Mais de um milhão de bolsistas foram contemplados no período supracitado. O número de bolsas parciais chegou a quase meio milhão (aprox. 447 mil bolsas).

Com relação ao sexo dos estudantes, foi possível observar uma predominância de pessoas do sexo feminino temos o gráfico 6 que traz estas informações sobre perfil de gênero das(os) estudantes do ProUni:

**Gráfico 6 - Bolsistas por sexo**

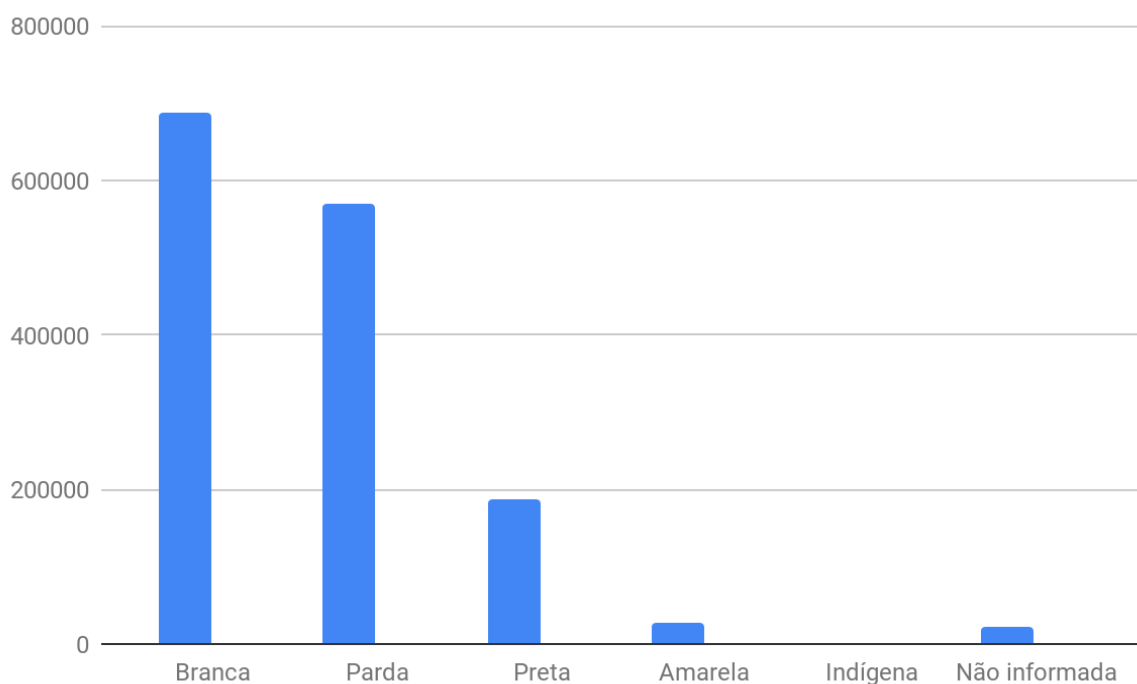


Fonte: SisProuni 06/01/2015 - 2005-2º até 2014

52,8% das bolsistas no período que vai do segundo semestre de 2005 até 2014 eram mulheres em contraposição a 47,2% de homens. As mulheres constituem o maior grupo no que tange ao perfil de gênero dos bolsistas do ProUni.

Com relação à raça temos os seguintes dados trazidos pelo gráfico 7:

**Gráfico 7 - Bolsistas do ProUni por raça/cor**



Fonte: SisProuni 06/01/2015 - 2005-2º até 2014

A maior parte das bolsas fora concedida para pessoas que se declaravam como brancas (45,8%). O número relativo de pardos era de 38,1%, seguido pelo de pretos (12,6%), amarelos (1,8%), indígenas (0,1%) e não-informados (1,5%).

Se somarmos o percentual dos pretos e pardos e pretos (38,1% e 12,6% respectivamente) iremos chegar a 50,7%. De modo que o número de não brancos<sup>4</sup> ultrapassa os de brancos.

## 2.3 Considerações finais

Os dados sobre o ensino superior brasileiro durante o período dos governos do PT (2003-2016) demonstraram que houve um sensível aumento no número de matrículas e ingressos, tanto nas universidades públicas quanto nas privadas. Sendo que nas segundas (nas universidades privadas) foi onde ocorreu o maior aumento e é responsável por uma parcela significativa do sistema universitário brasileiro. Os gráficos das bolsas do ProUni ilustram esta realidade, com mais de um milhão de bolsas concedidas.

O perfil dos estudantes das universidades federais é significativamente mais vulnerável do ponto de vista socioeconômico. Uma das hipóteses é a de que nesses lugares os mais pobres conseguem permanecer justamente por conta das políticas de permanência estudantil.

Em todas as esferas, tanto pública quanto privada, as instituições de ensino superior demonstraram ser espaços majoritariamente femininos. Um olhar mais apurado sobre este perfil demonstraria os cursos em que existem mais homens e os que existem mais mulheres. As pesquisas sobre o tema indicam que os cursos de humanidades são mais femininos do que os de exatas, como engenharia, que tem um corpo discente marcadamente masculino.

As desigualdades salariais entre os tipos de curso, se de exatas, se de humanas são uma das possíveis explicações para tal disparidade. Além das razões supracitadas, machismo estrutural e etc. Isto é, para entender o porquê deste hiato salarial entre homens e mulheres seria preciso fazer algumas perguntas. Qual curso de exatas? Matemática ou Engenharia? É de humanas? Direito ou Ciências Sociais? Biológicas? Radiologia ou Medicina?

---

<sup>4</sup> Exclusive amarelos, indígenas e não-declarados.

No que tange à idade, houve um aumento de todos os grupos se pensarmos em uma perspectiva nacional. Somando, assim, os dados oriundas das instituições de ensino privadas e das públicas. Porém, um olhar direcionado para as federais, é possível perceber um “envelhecimento” do dado corpo discente.

De modo geral podemos concluir que houve uma expansão do ensino superior, uma expansão que ocorreu em um contexto político social de ampliação da noção de direito à educação. Porém, não houve uma ruptura completa. Podemos tomar o exemplo da raça/cor. Ainda há uma grande diferenças entre os brancos e os pretos e pardos. Um grande abismo a ser superado. No próximo capítulo iremos retomar esta discussão em conjunto com outros teóricos que versaram sobre o tema.



### **3. BALANÇO DO ENSINO SUPERIOR NOS GOVERNOS PETISTAS: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?**

Neste capítulo iremos fazer um balanço do ensino superior brasileiro no período dos governos do PT. Para isso apresentaremos uma revisão bibliográfica sobre a temática para melhor entender o que aconteceu, o que mudou e também o que continuou. E discutir os dados e bibliografias apresentados nesta monografia, para então responder a questão motriz deste empreendimento intelectual que é: quais são as mudanças e continuidades do perfil demográfico dos estudantes universitários durante as gestões de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff?

Iniciaremos com uma análise das políticas neoliberais a partir de Harvey (2005), *a posteriori*, uma breve análise das políticas educacionais a partir da revisão das obras de Leher (2010), Schlegel (2015), Souza (2012), Almeida (2016). Em uma terceira etapa iremos tentar responder a questão: “as políticas educacionais dos governos petistas foram de caráter neoliberal?”

Para isso faremos um balanço de cada capítulo deste trabalho e discutiremos nossos resultados com os apresentados por Nogueira (2017) em sua dissertação de mestrado: “Relações de Classe, Raça e Políticas Públicas de Expansão do Ensino Superior no Brasil (2003-2016)”.

#### **3.1. Educação e Neoliberalismo**

Harvey (2005) faz uma análise das políticas neoliberais. Uma das questões levantadas é sobre a gênese de tais políticas. Os laboratórios do neoliberalismo na América do Sul foram países como o Chile, sob a ditadura de Pinochet (1973-1990) e a Argentina, que também passava por uma ditadura militar. Em países como a Inglaterra, de Margaret Thatcher e os Estados Unidos de Reagan, fora preciso apelar para a via do convencimento das massas para implementar tais políticas, com o forte apelo publicitário que recorre para os “valores” impregnados na sociedade norte-americana e britânica. Como a de “liberdade”, no caso da sociedade norte-americana.

No contexto chileno houve o desmonte do Estado de bem estar social e das medidas promulgadas por Salvador Allende - presidente deposto por Pinochet durante um golpe de Estado, que culminou inclusive em sua própria morte. Um dos exemplos clássicos foi a criação de um sistema previdenciário privado. Ao invés de um grande fundo público para custear as aposentadorias, cada pessoa poderia aplicar seu dinheiro em fundos privados, que em tese competiriam entre si para angariar investidores o que faria que (em tese) houvesse uma maior eficiência do sistema previdenciário e o aumento do valor das aposentadorias pagas. O que se viu foi o arrocho dos valores das aposentadorias.

Tais políticas foram apregoadas mundo afora por economistas estadunidenses (provenientes da Escola de Chicago<sup>5</sup>), as mesmas seriam as grandes 'salvadoras', porém o que se viu na realidade (as baixas aposentadorias) não condiz com a propaganda feita na época. Enquanto escrevemos esta monografia (no ano de 2018) se sabe que há um forte movimento no Chile para o fim de tal sistema previdenciário.

Para a implementação de tais políticas neoliberais fora necessário a mobilização de um arcabouço semântico que estava enraizado no senso comum. Portanto, a criação de campanhas publicitárias que utilizavam determinadas palavras que acendiam o temor das pessoas. Como por exemplo o medo do comunismo ou o apego à noção de liberdade. Tão cara aos norte-americanos.

Assim, para implementar medidas impopulares era preciso apelar para o imaginário popular. Mascarar medidas amargas e que beneficiariam na prática apenas uma parcela da população, a dos mais ricos, a dos mais poderosos. Podemos fazer um comparativo com as medidas de Michel Temer, que sob a intensa propaganda de geração de empregos realizou a reforma trabalhista e buscou - sem sucesso - uma reforma da previdência. No cenário brasileiro tais medidas (de cunho neoliberal) foram aplaudidas por uma parcela da população e defendidas em meios de comunicação.

A coerção pode produzir uma aceitação fatalista e mesmo abjeta, da ideia de que não havia nem há, como insistia tanto Margaret Thatcher, 'alternativa'. A construção ativa do consentimento também variou de lugar para lugar. Além disso, como atestam inúmeros movimentos de oposição, o consentimento muitas vezes se enfraqueceu ou fracassou em diferentes lugares. Contudo, temos de examinar, para além desses mecanismos culturais e ideológicos infinitamente variados [...] (HARVEY, 2006, p. 50)

---

<sup>5</sup> Esta Escola de Chicago não é a mesma da Antropologia Urbana.

A década de 70 é marcada por agudas crises do capitalismo. Tal crise foi pano de fundo de transformações no mundo do trabalho, mudanças como a implementação do toyotismo, da robótica e do aumento do trabalho morto em relação do trabalho vivo (Marx). Porém, por mais que o capital queira eliminar o trabalho vivo, eliminar o ser humano das fábricas, é mediante o trabalho vivo que se extrai a mais-valia. Portanto, não se pode eliminar por completo as trabalhadoras e trabalhadores das fábricas, dos call centers, das minas, dos supermercados, dos escritórios, de todos os centros de produção direta ou indireta de mercadorias, de todos os espaços onde existe a exploração do trabalho humano.

Nesta fase do capital há o surgimento do operário polivalente, em contraposição ao cenário anterior (fordista), em que existia um operário especializado. Além disso há uma autogerência, o famigerado “vestir a camisa da empresa”.

Em uma visão foucaultiana do processo de transformação do mundo do trabalho elencado acima, podemos entender esta fase a partir da categoria da microfísica do poder. Assim, os indivíduos se vigiarão entre si. O conceito de “Pan-óptico” ou seja de uma espécie de “Olho que tudo vê”, como o “Olho de Sauron<sup>6</sup>” do Senhor dos Anéis, é uma categoria útil de análise crítica deste processo.

O fato é que a visão neoliberal do mundo do trabalho e da educação enfatizam o indivíduo e entendem as relações sociais como relações de mercado, portanto, relações de competição, de oferta e de demanda. Uma visão neoliberal da educação aplicada às instituições privadas de ensino entendem os alunos como clientes que irão competir entre si no mercado. Por isso é enfatizado o sucesso profissional oriundo do curso da universidade ‘x’ e da empregabilidade da universidade ‘y’.

Harvey (2005) menciona a reestruturação econômica que Nova Iorque vivenciou na década de 70. A dependência de empréstimos da cidade deu poder aos banqueiros que ditaram a política econômica da maior metrópole norte-americana. Os financistas impuseram uma política de austeridade, fazendo com que os impostos fossem destinados primeiramente para o pagamento dos títulos da dívida pública da cidade, e apenas posteriormente para os investimentos na manutenção dos bens públicos, dos serviços públicos. Como a manutenção do

---

<sup>6</sup> O Olho de Sauron é um dos elementos presentes no Romance de J.R.R. Tolkien: “O Senhor dos Anéis” que posteriormente viria servir de base para a trilogia homônima.

sistema metroviário, o custeamento de programas habitacionais e a verba necessária para a manutenção das escolas.

O caso novaiorquino revela o mesmo *modus operandi* de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI). A instituição financeira de alcance global por meio do endividamento e da dependência dos países pobres para com ela impõe medidas de caráter neoliberal. Faz isso sob a máscara da busca, da promoção, do desenvolvimento dos países pobres.

Como resultado das políticas de austeridade implementadas em Nova Iorque temos:

A [cidade]... de classe trabalhadora e étnico-imigrante foi lançada de volta às sombras e fortemente afetada pelo racismo e por uma epidemia de consumo de crack de proporções épicas nos anos 1980. Ela deixou muitos jovens mortos, encarcerados ou sem teto, e os sobreviventes mais tarde foram assolados pela epidemia de aids surgida na década de 1990. (HARVEY, 2006, p. 57)

Assim, podemos entender que apesar dos neoliberais defenderem a não participação do Estado, ou a intervenção voltada para alguns poucos setores (como a defesa do território, as forças armadas), a implementação de políticas neoliberais para diversos setores, passou e passa pelo Estado.

O Estado é o grande regulador das relações sociais que com seu aparelho consegue convencer as massas de que determinadas políticas sociais, como a redução de impostos, pode ser benéfica. Neste sentido, os neoliberais dependem tanto do Estado quanto os social-democratas.

Além disso, a partir da historiografia podemos deduzir que diversos países só se industrializaram via Estado. No caso brasileiro, Getúlio Vargas (Fausto, 2013) instaurou as bases para a industrialização.

As universidades segundo Harvey se constituem em um espaço de treinamento de um corpo de intelectuais responsáveis pela disseminação dos conceitos liberais mundo afora. Isso se dá devido ao grande número de estrangeiros que vão para os Estados Unidos estudar, e acabam adotando as concepções ideológicas liberais e meritocráticas, retornando para os seus países e buscando muitas das vezes implementar tais modelos econômicos à outras realidades.

Harvey demonstra a importância da conquista da opinião popular para o desmonte do Estado de bem-estar social. No caso inglês, em um outro contexto social que se difere do americano, com outros atores sociais, fora preciso mobilizar um arcabouço semântico popular diferente do utilizado no caso americano. Outras

palavras, outros valores da população. Não havia na ilha britânica uma direita cristã, como nos Estados Unidos. Para além disso, o partido trabalhista que tinha em sua base os fortes sindicatos de diferentes ramos da economia conseguiu erguer um sólido Estado de bem-estar social.

A implementação das políticas neoliberais se deu em solo inglês via FMI. Com relação a isso é dito: “O governo trabalhista agiu em oposição aos interesses materiais de seus tradicionais apoiadores, mas ainda assim não tinha solução para as crises de acumulação e de estagflação.” (HARVEY, 2006, p. 68)

O acordo com o FMI engendrou uma greve tamanha que até os coveiros pararam de enterrar os mortos! Segundo o autor a mobilização dos sindicatos, sua força, foi capaz de paralisar a ilha britânica. Porém, isso não impediu a ascensão de Thatcher ao poder, como primeira ministra, como chefe de governo. Thatcher é conhecida pela implementação de políticas neoliberais e inclusive de falas que negam a existência da sociedade, enfatizando as supostas potências presentes nos indivíduos.

Harvey nos ajuda a entender as políticas neoliberais e a ante-sala onde as mesmas são orquestradas. Com a pressão exercida pelos órgãos de crédito internacionais (FMI), a pressão dos grandes banqueiros, dos grandes capitalistas, que com a força do capital conseguem implementar uma série de políticas goela a baixo da população. No caso brasileiro, Lula só conseguiu chegar ao poder após grandes acordos com os banqueiros. Em sua carta ao povo brasileiro divulgada antes das eleições presidenciais de 2002, que iremos explorar logo a seguir, é enfatizado a necessidade de “cumprir os compromissos do Estado brasileiro”. Isso demonstra também a complexidade das classes sociais. Uma vez que há uma disputa dentro de setores da burguesia. Da burguesia financeira, representada pelos donos dos grandes bancos, pelos representantes dos órgãos de crédito internacionais para com a burguesia industrial, por exemplo. No caso da operação Lava-Jato, realizada pela polícia federal, não tivemos nenhum representante do setor financeiro preso. Os empresários que foram presos foram os donos das grandes construtoras. É um dos exemplos que podemos elencar para ilustrar essa querela entre os setores da burguesia brasileira.

### **3.2. Políticas Educacionais no Brasil**

O estudo de Roberto Leher (2010) faz uma análise da política educacional

durante os governos de Lula. O autor destaca as dificuldades de se fazer uma análise das políticas educacionais de um determinado governo. “As tentações provocadas por cantos de sereia e pelas paixões são poderosas” (LEHER, 2010, p. 2). Leher aponta para as pesquisas que buscaram fazer uma análise desta dada política pública e crítica tais empreendimentos intelectuais por fazerem apenas uma comparação com os governos de FHC e enaltecerem o sucesso das políticas petistas, quase como peças publicitárias de tais governos.

Haveria um grande problema com tais estudos. Pois os mesmos ocultariam “nervuras que estruturam as políticas educacionais e seus nexos com o contexto histórico-social.”(LEHER, 2010, p. 3). Como por exemplo os aportes estatais feitos via Fies e ProUni. Que ampliaram o lucro das empresas de educação superior. Os intelectuais que faziam uma “apologia” aos governos petistas e uma crítica aos de FHC, por exemplo, não colocavam em evidência que a espinha dorsal das políticas educacionais se manteve. Ou seja: o aumento de vagas via incentivos para o setor privado.

Os governos de FHC (Leher, 2010) mantiveram-se alinhados com as determinações do banco mundial e criaram as condições para o florescimento do setor privado educacional. Isso se deu via a desregulamentação das normas, uma facilitação dos processos, dos trâmites necessários para a abertura de faculdades e universidades.

Com a eleição de Lula, houve uma expectativa de mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro. Isto se deu pela entrada que o PT tinha (e ainda tem) nos sindicatos de educação - vide a APEOESP - e também por conta do partido político ter tido intelectuais orgânicos como Florestan Fernandes e o próprio Paulo Freire, que fora secretário municipal de educação da cidade de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1993). Que foi responsável por estabelecer a primeira prefeitura de esquerda da cidade de São Paulo. Freire não viveu para ver a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder durante um ciclo de 13 anos.

Na Carta aos Brasileiros, divulgada momentos antes das eleições presidenciais de 2002, Lula propõe um diálogo entre todos os setores. O documento fora costurado sob medida para apaziguar o medo do mercado financeiro com relação ao possível governo petista, dada a grande insatisfação com o até então governo tucano de FHC e ao medo dos grandes capitalistas brasileiros de possíveis reformas estruturais durante a gestão petista - como uma reforma agrária ou

tributária, o que a história demonstrou que não aconteceu. O baixo crédito de FHC e o baixo carisma de José Serra, candidato ao Palácio do Planalto pelo PSDB, potencializaram as probabilidades de Lula vencer o pleito eleitoral. Na carta é possível encontrar termos do léxico dos investidores, como “competitividade”, “estabilidade econômica”, “controle cambial” e etc. Em uma tentativa clara de ganhar a confiança dos setores financeiros. Apesar de ser intitulada “aos brasileiros”, seu teor revela que era para um segmento deste povo. Uma parcela que detinha títulos públicos, ações, em suma: o capital. Um gesto de que o que viria por vir não seria um governo de agudas transformações, mas sim de uma política de conciliação.

A carta não foi meramente publicitária. As políticas macroeconômicas de FHC e inclusive o “staff das finanças” fora mantido durante os governos de Lula e posteriormente nos de Dilma Rousseff. Muitos dos ministros da fazenda, como no caso de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central do Brasil de 2003 até 2011, é um dos agentes do mercado financeiro. Demonstrando a perpetuação da política das “portas-giratórias” onde indivíduos ligados a determinados setores da sociedade adentram em cargos chave e representam os interesses de tais segmentos.

O Programa “Todos pela Educação”, que foi apresentado como uma iniciativa da sociedade civil, porém na verdade defendia os interesses de determinados grupos empresariais, buscou promover tal modelo de educação superior privada. É o mesmo *modus operandi* do MBL (Movimento Brasil Livre) que na superfície se apresenta como um ‘movimento social’ que ‘nasce da sociedade civil’, porém é financiado e organizado por empresas que buscam promover políticas neoliberais no Brasil.

Sobre o Programa Universidade para Todos, Leher diz:

O [...] (ProUni) operacionaliza a recomendação implícita no documento Análise dos gastos sociais, 2001 - 2002, do Ministério da Fazenda, escrito por Marcos Lisboa e Joaquim Levy, então dirigentes desse Ministério e principais operadores da política econômica atribuída a Pallocci. No documento, os dirigentes ponderavam que as universidades públicas são muito onerosas e elistas e que, por isso, melhor seria alocar recursos públicos para adquirir vagas no mercado, visto que as privadas, na avaliação do citado documento, são notoriamente mais eficientes do que as públicas (LEHER, 2010, p. 14).

O programa fora criado em 2004. A maioria das vagas (LEHER, 2010) eram para cursos de humanidades e não de medicina, como a propaganda dos governos petistas demonstrava. Um crescimento quantitativo e não qualitativo, pois os cursos

oferecidos eram de baixa duração e qualidade.

Sobre o Fies, Laher afirma que é um outro tipo de subsídio dado pelo governo ao setor privado. Segundo o mesmo tanto o ProUni quanto o Fies vão contra os “valores da esquerda”. Isso se dá pois: 1. Entendem a educação dos “jovens trabalhadores” enquanto serviço, portanto deve ser lucrativo; 2. Pressupõe uma educação de pobre para os mais pobres, dada a baixa qualidade do ensino em muitas das instituições que participam do programa. Isso se dá por conta do baixo controle do MEC sobre as mesmas e 3. O ProUni e o Fies foram transformados nas principais bandeiras das políticas educacionais durante os governos petistas, o que tirou recursos que poderiam ser destinados para a ampliação e melhoria das Universidades Federais.

Laher (2010) faz uma análise dos gastos dos governos de Lula com a educação, nela o mesmo conclui que: “Examinando o orçamento da educação em relação ao PIB no período em tela, é verificável que ele foi decrescente até 2005, havendo uma leve elevação em 2006 e 2007, confirmando que a educação não ganhou espaço nas prioridades do governo federal” (LEHER, 2010, p. 24)

Com relação ao Reuni, Laher afirma que a reestruturação das universidades federais ocorreu após a constatação de que “[...] os empresários não estão dispostos a aumentar as vagas no programa [ProUni]” (LEHER, 2010, p. 26).

A expansão via Reuni simbolizou um aumento da quantidade de alunos por professor. As verbas para as universidades só seriam liberadas após certas metas serem batidas, dentre elas o aumento na oferta de vagas. A proporção de alunos por docentes equivaleu à das universidades privadas. O que interferiu (e interfere) na qualidade do ensino dos alunos e alunas.

O autor conclui que:

*O bloco de poder constituído pelo reequilíbrio de forças provocado pelo transformismo do PT e da CUT não deixou de ser efetivamente dirigido pelos setores mais organicamente vinculados ao imperialismo. Por isso, as iniciativas do governo Lula da Silva seguiram os trilhos da política educacional do governo cardoso, como o apoio ao setor privado por meio de isenções tributárias, os contratos de gestão entre municípios, estados e MEC, a avaliação produtivista dos resultados (Enade, Enem, Saeb, Provinha Brasil), as medidas focalizadas, o entusiasmo pela educação a distância, a disjunção da formação profissional e do ensino propedêutico,[...] (LEHER, 2010, p. 41)*

Schlegel (2015) Aponta que nos últimos 50 anos houve uma tendência à democratização do ensino superior no Brasil. Porém, isso não significou uma



melhoria em termos salariais para parcelas da população que são historicamente desfavorecidas, como negros, mulheres e indígenas. De modo que, apesar do aumento da participação destes no nível superior de ensino como um todo (mais das mulheres, e menos dos negros e índios), isso não significou uma melhoria de fato nos níveis salariais. Também é apontado que a entrada deste contingente se deu nas carreiras menos prestigiadas pelo mercado, as de alto prestígio mantiveram seu perfil demográfico branco e masculino.

As carreiras de humanidades são as que detém o maior número de mulheres e de negros e pardos. Já as de engenharia e as voltadas para o mundo dos negócios (contabilidade, administração e etc), atraem o maior contingente de homens.

Segundo Schlegel, os dados censitários permitem averiguar as mudanças e também as continuidades presentes neste perfil demográficos dos estudantes universitários no Brasil.

O autor demonstra que o tipo de instituição de ensino (se privada, pública ou até mesmo comunitária), implica diretamente no tipo de formação que o discente terá. E por consequência as suas possibilidades dentro do mercado de trabalho. Busca-se fazer uma análise da estratificação horizontal (pensando em diferenças e hierarquias dentro do ensino superior, como as elencadas anteriormente) e não uma vertical, que compara os anos de estudo e também se o indivíduo cursou o ensino fundamental, médio ou superior.

Isso significa dizer que mesmo com uma diminuição das desigualdades verticais, como a expansão do ensino superior, ainda permanecem as desigualdades horizontais. Ou seja: os indivíduos privilegiados tentarão assegurar seus benefícios e os fatores de diferenciação com relação aos outros via, por exemplo, o prestígio da instituição de ensino. Dois graduados em engenharia podem ter diferentes níveis de acesso e sucesso ao mercado de trabalho. Se um deles for formado por uma faculdade privada de massa e se o outro for formado por uma instituição pública de alto renome, como a Poli, faculdade de engenharia da Usp.

A estratificação verificada no curso universitário naturalmente tem impacto em termos salariais. De forma geral, carreiras ligadas à engenharia oferecem só retornos mais elevados, e aquelas relacionadas à educação proporcionam as piores remunerações. A área de negócios e economia tende a oferecer rendimento acima da média, enquanto a de humanidade, abaixo da média (RIBEIRO e SCHLEGEL, 2015, p. 138)

Segundo Schlegel, desde a década de 1960 as mulheres vêm aumentando a sua participação no ensino superior.

Conclui-se que em 50 anos houve mudanças, uma diminuição do nível de elitismo dos cursos superiores. Porém não foram suficientes para superar as desigualdades. O grupo social que mais logrou conquistas foi o das mulheres. Mesmo assim ainda persistem diferenças salariais. As diferenças raciais permaneceram inalteradas. Pretos, pardos e mulheres continuam nos cursos de menor prestígio e de menor retorno econômico.

Souza (2012) realiza uma análise do sistema educacional de nível superior brasileiro e tenta entender as estruturas de classes existente no mesmo. Para isso realiza um estudo das principais políticas públicas voltadas para o ensino superior, tais como Prouni e etc.

O autor cita Dermival Saviani que faz uma divisão das teorias educacionais em dois tipos: (1) teorias não-críticas e (2) teorias crítico-reprodutivistas. Na primeira corrente haveria uma ausência de criticidade. Uma visão da escola como um espaço neutro e tecnicista, como propunham os escolanovistas e Durkheim, em sua análise da educação como uma forma de integração social. A escola teria a potencialidade de modificar a sociedade. Portanto, é um fator de transformação social. É uma concepção liberal de educação. Já a segunda corrente: “[...] tiveram o mérito de problematizar as bases da concepção liberal burguesa da educação” (SOUZA, 2012, p. 57). As principais teorias educacionais que se enquadram nesta tipologia são a da Violência Simbólica de Pierre Bourdieu e Passeron, a da escola enquanto aparelho ideológico do Estado de Althusser e a teoria da escola dual de Baudelot e Establet. Em suma, tais teorias entendem a escola apenas como um meio de reprodução, de continuidade das desigualdades sociais. A escola teria uma aparência de neutralidade, porém ocorreria de fato uma exclusão de dados setores marginalizados e a inculcação da ideologia burguesa, meritocrática, aos discentes. Portanto a escola não garantiria mobilidade alguma, apenas conservaria as estruturas sociais.

Segundo Souza, o ensino superior seria um campo de diferenciação das classes no Brasil. No sistema privado, as faculdades privadas, estariam os estudantes provenientes das classes mais pobres, da classe trabalhadora. Já as classes dominantes estariam nas universidades públicas. São duas trajetórias. Uma

marcada pelo ensino básico em escolas públicas e posteriormente em universidades privadas e um outro pelo ensino básico em escolas privadas e depois em universidades públicas de prestígio.

O caráter elitista do vestibular chama a atenção. O mesmo difunde o mito da meritocracia, colocando todos como aparentemente iguais para competir por vagas nas melhores universidades, escondendo as lacunas e as diferenças dos trajetos educacionais.

Com relação aos gastos com as universidades brasileiras é dito: “Os dados que apresentamos não permite[m] afirmar que [a] universidade brasileira seja ‘cara’ em si, já que o investimento por aluno neste nível é menor do que a média da OCDE.” (SOUZA, 2012, p. 64). O argumento presente é e de que a universidade não é elitista e sim que há uma falta de recursos para os níveis básicos da educação. Isso se dá mesmo com a presença do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Fundo este que injeta capital no orçamento das prefeituras para a expansão e melhoria dos níveis fundamentais de ensino.

As universidades não são entendidas como meras reprodutoras da ideologia dominante ou o espaço de qualificação dos intelectuais orgânicos da classe dominante. É um espaço de querelas, de disputas por espaço e também ideológicas. Há, portanto, resistência dos setores marginalizados. O texto é datado de 2012, ano em que houve uma grande greve que atingiu 51 das 52 universidades federais.

Conclui-se que apesar das políticas públicas para o nível superior (cotas, Reuni, Prouni e etc) terem modificado pelo menos parcialmente o perfil demográfico dos estudantes universitários, a expansão do ensino superior se deu majoritariamente pela via privatista, com aportes do Estado brasileiro no nas empresas educacionais.

Apesar da existência das cotas raciais e também para os alunos provenientes de escolas públicas, as mesmas não garantem o acesso das camadas menos favorecidas. Neste sentido há muito o que fazer.

Almeida (2016) busca de entender as dinâmicas da expansão do ensino superior no Brasil e a sua relação com o mercado de trabalho.

Até 1808 não existia no Brasil nenhuma instituição de nível superior. Isto só muda com a chegada da família real portuguesa. Apenas a partir de 1940 é que a educação superior é vista como uma via de democratização, algo que deveria ser ofertado a todos e não somente para uma pequena elite.

A partir de então, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 foi a principal mudança por estabelecer a equivalência dos cursos de ensino médio para acessar o ensino superior. Antes a este marco legal, apenas determinadas modalidades de ensino médio, que preparavam para o nível superior, certificavam os discentes para o nível posterior da educação, a superior, a universitária. Em 1971 estabelece-se o vestibular classificatório: o vestibulando não era eliminado, era classificado. Assim quem se classificava em uma melhor posição obtinha a vaga, quem não conseguia, ficava de fora. Porém não era excludente como o vestibular atual.

A reforma educacional de 1968 criou as “universidades de ensino” e as “universidades de pesquisa”. De modo que o setor privado expandiu-se de forma rápida, porém concentrou-se apenas no ensino, sem a pesquisa e extensão. Estas duas foram delegadas ao ensino superior público, responsável então pelo desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

Temos, assim, uma trajetória de estruturação do nível superior do ensino no país que é marcada pela elitização até o final da década de 1960 e, a partir daí, é dinamizada pela flexibilização das regras para oferta privada de ensino, o que configura prática estatal de mercadorização da educação, na medida em que o Estado estimula, indiretamente, o crescimento do setor privado. (ALMEIDA, 2016, p. 70)

Durante a era FHC (1995-2002) houve a premissa de que era necessário expandir o ensino superior pela via da competição entre o setor privado. Houve uma flexibilização das normas para a criação de faculdades. Possibilitando assim uma maior atuação do setor privado.

O período Lula é marcado pela mobilização social de camadas historicamente desfavorecidas, criando assim o que foi conhecido como a “nova classe média”. Processo marcado por contradições pois tal setor emergente não obteve o acesso pleno a diversos direitos, como educação de qualidade, crédito e etc. É neste período que ocorre o aporte de capital internacional no setor educacional de nível superior brasileiro. Houve a criação do Prouni que dava via isenção fiscal para as instituições privadas bolsas para os discentes de 25%, 50% e até 100%. O programa de financiamento estudantil também fora reformulado. Em seus novos moldes permitia o custeio de até 100% da mensalidade.

Houve assim no período Lula-Dilma uma manutenção da alimentação do setor privado, que iniciou-se durante a ditadura militar e o surgimento de novos elementos, como a inserção de camadas desfavorecidas em instituições

educacionais de nível superior.

O crescimento do número de graduados não simbolizou uma modificação nas estruturas econômicas no sentido de uma maior oferta de empregos. Segundo Almeida, muitos dos novos diplomados ocupavam vagas de emprego que até então exigiam apenas o ensino médio ou o fundamental. O que nos leva a crer em uma deflação do valor dos diplomas universitários.

Com relação ao exame nacional do ensino médio (Enem), é dito: “O fato é que a utilização do Enem como método seletivo para as vagas do ProUni e do sistema federal, acoplado às ações afirmativas, foi o “pulo do gato” das políticas de acesso à educação superior a partir do governo Lula.” (ALMEIDA, 2016, p.77)

As parcelas das classes médias e baixas que pleiteiam as vagas nos vestibulares das universidades federais, por exemplo, tiveram suas chances de acesso ampliadas.

Na data em que escrevemos esta monografia, no ano de 2018, o mercado das universidades privadas se expande de tal modo que existe a compra de universidades por empresas que têm suas ações nas mãos de grandes fundos internacionais. Como a Kroton que tem suas ações disponíveis na Bovespa, a bolsa de valores de São Paulo. Para se ter uma ideia, é uma das 20<sup>7</sup> empresas mais valiosas, das que tem suas ações na bolsa.

Em 2007 a Kroton abriu suas ações na bolsa, 2 anos após o surgimento do ProUni. Em 2013 a empresa se tornaria uma das maiores empresas educacionais Brasil e do mundo. Uma das questões que podemos levantar é: as políticas educacionais implementadas nas gestões petistas facilitaram o crescimento de conglomerados deste tipo? Ao que tudo indica sim. Durante os governos do PT os setores empresariais ligados à educação encontraram um terreno fértil, com aportes estatais, isenção de impostos e desregulamentação. Um mar de rosas.

O grande mercado que emergiu e se solidificou põe em xeque o caráter democratizador das principais políticas educacionais para o setor privado (ProUni e Fies). Apesar dos avanços demonstrados no capítulo 2 da presente monografia, em termos de matriculados, ingressantes, aumento da participação dos negros e

---

<sup>7</sup> [g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/07/fusao-da-anhanguera-e-kroton-cria-17-maior-empresa-da-bovespa.html](http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/07/fusao-da-anhanguera-e-kroton-cria-17-maior-empresa-da-bovespa.html)

negras, dentre outros. Como demonstrou Souza, Schlegel e Almeida, há mudanças oriundas desta expansão, porém persistem o caráter elitista de dados cursos e universidades, além das trajetórias acadêmicas e educacionais típicas de determinados setores da sociedade.

### **3.3. Políticas Educacionais dos Governos Petistas e Neoliberalismo**

Neste subcapítulo iremos fazer uma análise dos resultados de nossa pesquisa. Pensando cada capítulo deste trabalho. Nela vamos fazer uma conexão entre a discussão introduzida inicialmente neste capítulo, a cerca do neoliberalismo (Harvey) e das políticas educacionais no Brasil (Leher, Schlegel, Souza e Almeida). Buscando responder a pergunta: “as políticas educacionais dos governos petistas foram de caráter neoliberal ?

Priscila Lemos Nogueira em sua dissertação: “Relações de Classe, Raça e Políticas Públicas de Expansão do Ensino Superior no Brasil” (2017), aponta que houve um crescimento lento do ensino superior brasileiro. Expansão que além de demorada, fora marcada pela aguda desigualdade entre as classes.

Segundo a autora, no século XX o Brasil tinha um sistema de ensino que atendia uma pequena parcela da população, com um alto número de pessoas que não sabiam ler e de um sistema de educação formado apenas pelos cursos mais tradicionais. Como os de medicina, Direito e os de formação militar.

A Universidade de São Paulo (USP) seria então a primeira universidade brasileira a unir o ensino à pesquisa. Nos moldes do sistema alemão instituído por Otto Von Bismarck no período da unificação da nação germânica (final do século XIX). A USP surge no ano de 1934. Os primeiros cursos eram integrais, o que afastava a população das camadas mais pobres. O fato de serem cursos integrais afastava aqueles que tinham que trabalhar para poder sobreviver. Constituindo assim uma barreira ao ingresso de discentes de determinadas camadas sociais.

Durante o regime militar ocorre um “boom” das universidades privadas. Com o crescimento de cursos de baixa qualidade e de instituições de ensino superior voltadas exclusivamente para o ensino, e não para a pesquisa.

Com a chegada do PT (2003) ao poder é aberta uma nova etapa no que diz respeito ao acesso ao ensino superior no Brasil. Tais governos, segundo a autora mantiveram um padrão de favorecimento do setor privado via políticas educacionais como o ProUni e o Fies. Alimentando a mesma lógica para o setor educacional dos governos de FHC e que se iniciou durante o regime civil-militar brasileiro. O governo Lula que se inicia em 2003 herda das gestões tucanas um sistema educacional superior marcado pelo predomínio das empresas de educação superior.

A autora aponta que há divergências no que diz respeito a implementação de políticas afirmativas no Brasil. Como a política de cotas. Apenas em 2004 é que uma universidade federal brasileira adota tal política de afirmação. A Universidade de Brasília é a primeira a aderir ao sistema de cotas raciais. Um parecer do Supremo Tribunal Federal datado do ano de 2012 garantia para às universidades federais a autonomia para a implementação de cotas raciais e sociais.

Cada IES poderia decidir se iria aderir ou não ao sistema de cotas. A maior parte das políticas de inclusão se voltou para a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. Público que, majoritariamente, é proveniente de estratos desfavorecidos da população. Portanto, compreende-se que o número de cotas sociais superou o de raciais e de outros tipos (como os pessoas portadoras de deficiência e etc).

Os governos petistas deram continuidade e ampliaram o FIES. Além disso, a sua principal bandeira foi o ProUni, que manteve a ótica de expansão do sistema privado de ensino. Realizando um aumento quantitativo e que beneficiou grupos empresariais voltados para a educação. Um dos exemplos mais ilustres deste cenário é a Kroton – conglomerado educacional que tem, inclusive, ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Em sua análise sobre o Reuni, Priscila relata que o mesmo se constitui no principal programa dos governos petistas para a expansão do ensino público brasileiro. Ele priorizou a criação de novos campus – ao invés de novas universidades, e elevou substancialmente o número de discentes da IES federais.

No ano de 2012, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff houve a implementação da política de cotas em todas as IES federais.

A autora conclui:

...concluimos que as políticas recentes de expansão do Ensino Superior ainda continuam aquém de estabelecer um processo de democratização que possa ampliar ainda mais os níveis de escolaridade da população brasileira, contudo, conforme os dados analisados até o momento neste estudo, as políticas de reserva de vagas se estabeleceram como fundamentais para diversificar os estudantes que têm ingressado no Ensino Superior nos últimos anos, tanto em relação à raça quanto a classe. (NOGUEIRA, 2017, p. 95)

A revisão bibliográfica presente no primeiro capítulo desta monografia nos ajudou a adentrar no debate realizado a cerca das políticas públicas realizadas nos governos petistas.

É importante frisar que os governos petistas foram marcados por movimentos contraditórios. Se acenavam para o mercado via diversas políticas de cunho neoliberal (como isenção de impostos, programas de fomento ao setor privado educacional), por outro tinham movimentos que iam contra o *status quo*. Como a política de cotas sociais e a expansão das universidades federais via Reuni. Que vão contra o núcleo duro do neoliberalismo, permeado por uma forte ideia de “meritocracia” e de fomento à competitividade.

Logo, uma análise do período dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff que focasse em apenas um dos aspectos, ou o caráter neoliberal ou o caráter de democratização da educação (e do direito à mesma) seriam no mínimo simplistas. Ocultando os aspectos flagrantemente contraditórios.

Um olhar sobre o ProUni e o Fies que injetam capital público nas empresas educacionais, seja por via de isenção de impostos (ProUni) como de empréstimos (Fies) nos levariam a acreditar apenas em um caráter neoliberal das políticas educacionais petistas. Pois, neste sentido, tais políticas são de caráter neoliberal e privilegiam o setor privado em detrimento do público. Uma vez que os estrondosos montantes de capital injetados nas contas bancárias das empresas educacionais poderia servir para a expansão e melhoria dos sistemas públicos (federal, estadual e municipal) de educação pública de nível superior.



Já um olhar apenas para o Reuni e as políticas de cotas, nos levaria a pensar em políticas de públicas educacionais que vão contra a “maré neoliberal”. E que, portanto, privilegiariam o setor público e também questionariam a ideia de meritocracia (no caso das políticas de cotas).

Vamos analisar nos próximos parágrafos uma breve análise das políticas públicas (Fies-ProUni e Reuni-Cotas) para entender os limites de tais políticas e o seu impacto no sistema educacional.

### **3.3.1. Fies-Reuni**

O binômio Fies-ProUni faz parte de um movimento das políticas públicas promovidas pelo Ministério da Educação (MEC) de aceno ao mercado. Se formos pensar exclusivamente nestas políticas (excluindo Cotas-Reuni), chegaríamos a conclusão de que os governos do Partido dos Trabalhadores foi essencialmente neoliberal. Fomentando o mercado em detrimento do público.

Um dos argumentos dos favoráveis ao ProUni é o de que uma expansão do sistema universitário brasileiro via rede pública de ensino (com as universidades federais, estaduais e também municipais) seria demorada e não atenderia a uma demanda latente. A um clamor do povo pelo acesso ao ensino superior.

Portanto, apenas o fomento e a desregulamentação ao setor privado – pensando a partir dos defensores do ProUni – poderia de fato trazer uma democratização do ensino superior brasileiro.

Os críticos por sua vez vão apontar que o crescimento foi de um sistema de baixa qualidade de cursos “pobres” no que diz respeito aos aspectos materiais (estrutura física das faculdades, tais como suas bibliotecas) até mesmo da formação do corpo docente. Assim ficaria em xeque o caráter democratizador do ensino superior via o binômio Fies-ProUni.

A maioria das bolsas foram oferecidas em cursos de baixo prestígio e de baixo retorno salarial. Como os de administração, pedagogia e etc. O que também põe uma questão no que diz respeito a melhoria das condições materiais de existência destas pessoas via o ProUni. Os cursos mais elitizados são de cara implementação. Como medicina, que requer laboratórios caros, cadáveres, livros

caros, etc etc. Logo, a expansão das universidades privadas se concentrou em cursos “baratos” de implementação. Como os de humanidades supracitados.

Outro argumento contrário é de que os programas Fies-ProUni realizam uma transferência de recursos públicos para o setor privado. Para instituições que, não raramente, burlam tanto o Fies quanto o ProUni. Ocorre também a junção dos dois programas. Quando o discente obtém uma bolsa de 50% do ProUni e os outros 50% advém do Fies.

Se com FHC há uma desregulamentação do ensino superior. O que possibilitou a abertura de faculdades “a torto e a direito”, e a criação do Fies, que irrigou o sistema privado, é bem verdade que a mesma ótica privatista e neoliberal se manteve com Lula e posteriormente com Dilma.

O Gráfico 5 aponta para a existência de mais bolsas integrais que parciais. No período que compreende o segundo semestre de 2005 até 2014 quase 1,5 milhão de bolsas foram concedidas pelo ProUni. Que possibilitaram o ingresso em faculdades do Brasil inteiro e a mudança de muitas trajetórias individuais. Não é atoa que o programa é uma das principais bandeiras do PT em suas peças publicitárias.

Já o Gráfico 6 aponta para o maior número de bolsistas mulheres do que de bolsistas homens. O fato da maior parte das bolsas ter como destino as mulheres também nos faz pensar nos destas gradua(n)das.

O Gráfico 7 nos mostra que o número relativo de não brancos se constituíam na maior parcela do grupo estudado 50,7% contra 45,8% dos brancos.

Podemos pensar que o tipo médio de beneficiada das bolsas do ProUni seria o de uma mulher não branca.

Não coletamos dados sobre o Fies. Apesar dos limites do Programa Universidade para Todos que já foram anunciados, é importante frisar que o programa permitiu o acesso de camadas que historicamente não teriam chances de cursarem cursos de nível superior. Também potencializou as possibilidades de se adentrar em uma universidade. Aumentando assim o “leque” de possibilidades.

### 3.3.2. Cotas-Reuni

Em contraposição a isso, o binômio: “Cotas-Reuni”<sup>8</sup> nos leva para o sentido oposto: o de expansão do sistema público de ensino (ainda que com seus limites) e a quebra de uma lógica meritocrática.

A tabela IV presente no capítulo dois deste trabalho aponta para um maior número de mulheres no sistema público de ensino. As mulheres, tanto nos números gerais (sistema público educacional superior e privado) constituem a maior parte do corpo discente. Também são mais escolarizadas do que os homens. As desigualdades salariais apontam para outras questões, como o machismo estrutural e estruturante da sociedade brasileira.

Se faz necessário realizar uma análise mais apurada dos dados oficiais. Porém as pesquisas que tivemos acesso<sup>9</sup> apontam para a presença em peso das mulheres nos cursos de humanidades e na maior presença de homens nos cursos de exatas, como os de engenharia. O Baixo prestígio social dos cursos de humanidades em contraposição aos de exatas é uma das hipóteses para o baixo salário das graduadas em contraposição aos graduados (além de fatores como os já elencados, o machismo).

A Tabela V nos dá uma visão sobre fatores étnicos raciais, os não brancos constiuem a maior parte dos estudantes das universidades federais. Reforçamos novamente que se faz necessário um olhar microscópico para cada área, e a averiguação dos cursos mais “brancos” e dos que tem um alunato “não-branco”.

Os dados apontam para Universidades Federais mais inclusivas no período dos govenos do PT. Por conta de políticas de permanência estudantil, como o PNAES, é nas universidades federais que se encontrá uma parte significativa de alunos provenientes de estratos sociais desfavorecidos, como os que tem renda familiar de até 1,5 salário mínimo *per capita*.

---

<sup>8</sup> Nos concentramos no Reuni e nas políticas de cotas. Porém, existem outras iniciativas como o PNAES que também foi uma política que se enquadraria nesta seção de nosso trabalho.

<sup>9</sup> Link para matéria: [https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/13/G%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-de-estudantes-do-ensino-superior-no-Brasil-por-curso-e-%C3%A1rea?utm\\_campaign=self&utm\\_medium=article\\_share&utm\\_source=Facebook%3Futm\\_source%3Dsocialbttns](https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/13/G%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-de-estudantes-do-ensino-superior-no-Brasil-por-curso-e-%C3%A1rea?utm_campaign=self&utm_medium=article_share&utm_source=Facebook%3Futm_source%3Dsocialbttns)

### 3.3.3. Considerações Finais

Em suma, podemos afirmar que o período por nós estudado foi marcado por agudas contradições. Contradições estas que são típicas do meio social e evidenciam a complexidade que é realizar uma análise a respeito de um objeto tão complexo, que é o das políticas educacionais e no limite da própria sociedade.

O Gráfico 1 mostra um aumento de 100% no período estudado no número de ingressantes. O Gráfico 2 aponta para um Crescimento exponencial do número de matriculados. Podemos entender que no período por nós estudado, 2003 até 2016, foi marcado pela entrada de um grande contingente de pessoas.

O Gráfico 3 mostra um aumento das pessoas não brancas (pretas ou pardas segundo a classificação do IBGE). Mostrando que nos períodos petistas, a população não branca aumentou a sua presença nos espaços universitários. O que se constituiu (e constitui) em uma das grandes demandas dos movimentos negros. Que entendiam e entendem a educação como uma possibilidade de melhoria de vida para a população negra.

O Gráfico 4 nos mostra que Há mais mulheres do que homens nos sistemas universitários brasileiros. De um modo geral, de uma perspectiva ampla, as mulheres são as mais numerosas. Porém, os cursos em que as mesmas se concentram são os de baixo prestígio, como os de humanidades. Os cursos de grande prestígio, e de maior remuneração, tem uma grande parcela de homens. Outros fatores por nós abordados (como o machismo) são também fatores que põe em xeque o caráter de “justiça social” da educação.

As tabelas Tabelas I e II apontam para Decréscimo do quintil 5 (dos mais ricos) tanto nos sistemas públicos quanto nos privados. Aumento do quintil 1. O que simboliza um aumento do número de pessoas desfavorecidas economicamente falando nas universidades.

A Tabela III diz que no que diz respeito à idade dos graduados, o maior aumento se deu no grupo dos que tinha entre 25 a 34 anos. Praticamente este percentual duplicou.

A educação como um direito é fruto de um longo processo histórico que tem seu marco temporal na Revolução Francesa (XVIII). Uma das revoluções burguesas, ao lado da Revolução Gloriosa (XVII), que ocorreu na Inglaterra. Nesta ótica, a educação é essencial para a formação da cidadania e de um pacto social que teria como um dos seus eixos a igualdade. Tal conceito de equidade é vital e *sine qua non*, não é possível entender a permissibilidade que há no que tange a exploração do trabalho no mundo capitalista.

O Estado regulamenta as tensões sociais. No caso brasileiro, estamos falando de um Estado capitalista. *Locus* onde opera a dominação de uma classe sobre a outra. O Estado dá forma aos governos. Por isso, existem sérias limitações na implementação de certas políticas públicas, justamente por conta da forma que o Estado assume. Isto é: há limites legais. Por mais que um governo dito de esquerda assumo o poder, a “fisiologia do Estado” limita as ações dos governantes. Toda e qualquer mudança, dentro desta formação do Estado, tem seus limites. Qual o limite? A manutenção do *status quo*: da sociedade capitalista e, claro, do próprio Estado.

No período dos governos petistas (2003-2016) há uma expansão deste direito à educação. O que foi positivo para centenas de milhares de famílias. Muitas das quais tiveram os seus primeiros graduados. Isso não é desprezível.

Mas é importante salientar que a expansão do setor privado põe em xeque este direito à educação. Justamente por que a educação é vista como um serviço prestado para um cliente, e não como um direito dos cidadãos. Como um bem público.

O Estado, assim como outras esferas da sociedade é um *locus* em constante disputa. Qualquer análise de políticas públicas é complexa e deve se ater aos interesses de diversos atores.

As políticas de expansão implementadas nos governos petistas tiveram (e têm) os seus limites. Um dos mais claros é no que tange ao financiamento de tais políticas. No caso do Reuni é notório a crise deste financiamento. A expansão do sistema público federal ocorreu em uma época de “vacas-gordas”. Em cenários de crise, e de contingenciamento, como os trazidos pela PEC do teto dos gastos, a

sustentação das Universidades Federais está em risco. Durante os governos petistas, não houve uma mudança significativa, uma ruptura de fato, no que tange ao fomento do setor educacional. Se manteve o pagamento da dívida pública, com seus juros exorbitantes, para citar um dos exemplos. Dinheiro que poderia servir para custear serviços públicos essenciais. Como saúde e educação.

Há uma teoria de que o aumento da escolarização implicaria necessariamente em um aumento da renda. Autores como Bourdieu e Althusser já mostraram os problemas deste argumento na década de 60. Questionando o modelo durkheimiano e positivista, que vê a educação como uma forma de integração e de evolução das sociedades.

Este foi o discurso do PT. Marcado por fortes e agudas contradições. Do ponto de vista teórico, ele não se sustenta. Houve um avanço, de fato, há a expansão no número de matrículas. Do número de ingressantes. Da participação de minorias étnicas. Da participação de populações historicamente marginalizadas. Porém, tudo isso foi instituído - principalmente se pensarmos no binômio Fies-Prouni sob uma ótica neoliberal. O que põe em xeque o posicionamento do Partido dos Trabalhadores no espectro político.

Respondendo a pergunta que foi colocada no início deste subcapítulo: podemos afirmar que sim, houve um caráter neoliberal nas políticas públicas do PT. Sua principal bandeira, por exemplo, o ProUni é um claro exemplo. Porém, houve contradições. As políticas de cotas e o Reuni evidenciam tais contradições. A expansão ocorreu, porém com suas limitações.

No caso do binômio ProUni-Fies há uma expansão do sistema universitário marcada por critérios quantitativos. Ou seja: um crescimento baseado apenas em fatores números e não na qualidade dos cursos oferecidos. O ProUni foi a principal bandeira do Partido dos Trabalhadores no que diz respeito as políticas educacionais implementadas no período de seus governos. Porém a qualidade dos cursos e um modelo de crescimento pautado por critérios unicamente quantitativistas põe em risco o caráter democratizador de tal política e da ampliação do direito ao acesso à educação.

No que tange ao Reuni, há uma contradição pois é novamente uma ampliação baseada em critérios quantitativistas sem pensar, por exemplo, na melhoria das condições do trabalho dos docentes, da infra-estrutura das universidades. Para além do acesso a tais universidades se torna importante pensar também na permanência a estes *locus* de produção de conhecimento e de acesso ao saber científico produzido pela humanidade. Ao mesmo tempo em que ocorre uma ampliação do sistema público, ocorre a inserção de mecanismos de avaliação de caráter neoliberal.

De modo geral, os interesses do capital se mantêm durante os governos petistas. Não ocorre uma ruptura com o modelo gestado durante os governos tucanos de FHC. A continuidade do pagamento da dívida pública, que preciona os outros gastos do governo (como os com a previdência social e a educação) impede o crescimento necessário e urgente da parcela do PIB destinada à educação. Uma das bandeiras dos movimentos de luta pela educação é a destinação de 10% da soma das riquezas produzidas pelo país (do PIB) para o financiamento da educação. O financiamento da educação é um dos fatores *sine qua non* não é possível a constituição de um sistema de ensino de qualidade.

## 4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a análise do sistema educacional brasileiro, em especial no período dos governos do Partido dos Trabalhadores. Conseguimos analisar o impacto de políticas públicas voltadas para o âmbito educacional, como o ProUni, Fies e o Reuni. Tal análise nos permitiu averiguar com base na bibliografia sobre o tema, e também nas estatísticas oficiais, o que houve em termos de mudança e continuidade.

Nosso trabalho poderá contribuir para as pesquisas que tratem sobre a educação superior no Brasil e em educação de um modo geral. Além disso, pode ser útil para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais.

De modo geral, durante o período estudado, houve um aumento paulatino no número de matrículas e ingressos nos sistemas públicos e privados de educação superior no Brasil.

A presença de minorias étnicas, como negros e indígenas, em espaços universitários também aumentou. Porém, ao mesmo tempo que temos um aumento dos universitários e das universitárias, persiste o elitismo de determinados cursos. É um cenário contraditório. É possível constatar a presença de trajetórias típicas da classe trabalhadora e também as típicas das elites brasileiras. Como nos cursos mais prestigiados socialmente, a medicina e a engenharia, por exemplo.

Podemos afirmar que os objetivos de nossa pesquisa foi atingido. A pergunta motriz de nosso estudo, que tange sobre o perfil dos estudantes durante os 13 anos do PT no poder, foi respondida. Ficou evidente que houve sim transformações, oriundas do crescimento vertiginoso do sistema universitário. Que inclusive foi (e é!) um dos grandes argumentos das peças publicitárias do Partido dos Trabalhadores. Porém, com limitações e contradições.

A revisão bibliográfica foi extremamente enriquecedora. Quanto mais "cavávamos" mais descobríamos. Como um arqueólogo que encontra uma parte do dinossauro, vai escavando e vai achando outras parcelas do extinto animal e no final de seu longo e paciente trabalho chega ao fóssil completo. Não podemos afirmar que encontramos a "ossada completa", e sim que conseguimos descobrir certas partes do grande dinossauro que é a educação brasileira. Diversas outras questões e problematizações surgiram a partir do contato com a bibliografia. Como: "qual é o papel dos organismos de crédito internacional (FMI) na implementação de políticas



públicas neoliberais pelo mundo?" ou "Em que medida os aportes de dinheiro público no sistema privado educacional brasileiro ajudaram (e continuam a ajudando!) a produzir oligopólios educacionais em um terreno fértil, um paraíso dos empresários do ramo da educação".

A análise das estatísticas oficiais produzidas pelos órgãos de pesquisa estatais (IBGE E INEP), possibilitou um olhar cirúrgico, preciso, sobre diversas variáveis imorantíssimas para pensar a educação pública. Como gênero, idade do universo discente universitário, perfil de renda, raça/cor e etc. O uso de tais dados nos permitiu ter contato com a concretude da realidade educacional de nível superior brasileira. É importante salientar que os órgãos que produzem as estatísticas oficiais são de vital importância para o desenvolvimento e mensuração de políticas públicas, sejam as voltadas para os âmbitos educacionais ou não. O belo e árduo trabalho feito por técnicos espalhados por estados de todo o Brasil - e do distrito federal - serve de base para diversas pesquisas. Compreendemos que o fomento a tais áreas é vital para o desenvolvimento econômico, social e científico brasileiro.

Dada a importância do tema, se faz necessário o desenvolvimento sistemático e contínuo de pesquisas sobre a educação superior no Brasil. Para possibilitar o fomento do debate e também para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para tal segmento.

Para o fomento de tais pesquisas, é importante investimentos públicos para a melhoria do sistema de mineração de dados, e também em sistemas de visualização destes dados. Para fins de comparação, vamos citar o caso do portal Nova Cana Data - que disponibiliza dados sobre o setor açucareiro no Brasil. No portal é possível ter acesso a gráficos sobre determinadas variáveis e também sobre um período de tempo. Tanto o IBGE quanto o INEP tem grandes e importantes iniciativas para a melhoria de seus sistemas. Porém, nada que se compare ao exemplo supracitado. Uma melhoria deste nível poderia agilizar as pesquisas e consultas que poderiam ser feitas eventualmente nestes bancos de dados. No caso do portal Nova Cana é possível gerar tabelas e gráficos a partir de determinados fatores como "produção de cana por um determinado período de tempo". Apesar dessas possíveis melhorias nos sistemas do INEP e do IBGE, reconhecemos o trabalho faraônico e magnífico que as duas instituições realizam que são vitais para a pesquisa e o desenvolvimento brasileiro.

Podemos concluir que a tanto a revisão bibliográfica quanto a consulta a

pesquisa aos bancos de dados oficiais foram suficientes para responder a nossa questão inicial.

Para uma democratização do ensino superior brasileiro, se torna imprescindível não apenas pensar no acesso de determinadas camadas da população - como negros, índios e etc, como também na permanência. Os dados das universidades federais, presentes no capítulo 2 deste estudo, demonstram que uma parte significativa das populações em situação de vulnerabilidade social estão presentes nas universidades públicas. Isto é explicado por conta das inúmeras políticas de permanência estudantil tais esferas educacionais tem.

A fragilidade das políticas de permanência estudantil evidenciam a fragilidade de outras políticas tecidas durante os governos petistas. Uma democratização concreta ocorrerá quando o perfil dos cursos elitizados (medicina e engenharias das universidades públicas) for remodelado com a presença das pretas, pretos, índios, índias, trabalhadoras e trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. 2014. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Uberlândia. Julho de 2016.

ALMEIDA DE CARVALHO, Cristina Helena. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, [S.L.] 2006.

BORGES, Maria Célia; FERNANDEZ AQUINO, Orlando. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Revista Educação: Teoria e Prática**, n. 39, [S.L.] 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme et al. Conhecimento e formação nas IES periféricas: perfil do aluno “novo” da educação superior. **Avaliação, Campinas**, v. 13, n. 3, 2008.

CISLACHI, Juliana Fiuza. Análise do Reuni: uma expressão da contra - reforma universitária brasileira. 2010. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.

DE PAULA FRANCO, Alexandre. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de políticas educacionais**, v. 2, n. 4, 2008.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

BESSA LÉDA, Denise; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2009.

LEHER, Roberto. Educação no governo de lula da silva: a ruptura que não aconteceu. In: Os Anos Lula: contribuições para um balanço 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, 2001.

MENDES CATANI, Afrânio; SOUSA PORTO GILIOLI, Renato de. O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas críticas**, v. 11, n. 20, [S.L.], 2005.

\_\_\_\_\_; HEY, Ana Paula; Gilioli, Sousa Porto. PROUNI: democratização das instituições de ensino superior? **Educar em Revista**, v. 22, n. 28, p. 125-140, 2006.

MESQUITA DE ALMEIDA, Wilson. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. **Caderno CRH**, v. 20, n. 49, [S.L.] 2007.

\_\_\_\_\_. Os Herdeiros e os Bolsistas do Prouni na Cidade de São Paulo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 130, p.85-100, jan.-mar., 2015

\_\_\_\_\_; Jardim, Fabiana Augusta Alves. Expansão redente do ensino superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalho? *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.22, n.47, p. 63-85, jan./abr. 2016.

\_\_\_\_\_ProUni e o Acesso de Estudantes Negros ao Ensino Superior. *Revista contemporânea de Educação*, vol. 12, n. 23, jan/abr de [S.L.], 2017.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, v. 30, n. 1, [S.L.] 2007.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. Crédito Educativo com Amortizações contingentes à renda: uma alternativa para a reformulação do financiamento

estudantil no Brasil. [s.n.]. [S.L.], 2015.

NOGUEIRA, Priscila Lemos. Relações de Classe, Raça e Políticas Públicas de Expansão do Ensino Superior no Brasil (2003-2016), [s.n.] Guarulhos, 2017.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. A Representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito. Educação em Revista, Marília. 2009.

SCHLEGEL, Rogério. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos / organização Marta Arretche. - 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

SOUZA, Davisson Cangussu. Considerações sobre o caráter de classe da estrutura universitária brasileira: desigualdade escolar e condições de acesso. Revista Pensata v.2 n.1. 2012. Guarulhos.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 32, [S.L.], 2006.